

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ALFREDO LUIZ MENEZES PORTUGAL

**Rádio Brasil de Fato Bahia: uma proposta de educação e comunicação
popular e contra-hegemônica para o campesinato**

Amargosa (BA), 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**Rádio Brasil de Fato Bahia: uma proposta de educação e comunicação
popular e contra-hegemônica para o campesinato**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Educação do Campo, sob orientação da professora doutora Priscila Brasileiro Silva do Nascimento e co-orientação da professora doutora Helena Martins do Rêgo Barreto.

Amargosa (BA), 2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

P853r

Portugal, Alfredo Luiz Menezes.

Rádio Brasil de Fato Bahia: uma proposta de educação e comunicação popular e contra-hegemônica para o campesinato. / Alfredo Luiz Menezes Portugal. – Amargosa, BA, 2023.

83 fls.; il. color.

Orientadora: Prof. Dr. Priscila Brasileiro Silva do Nascimento.

Co-orientadora: Prof. Dr. Helena Martins do Rêgo Barreto.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2023.

Bibliografia: p. 80 - 82.

Inclui Anexo.

1. Educação do Campo. 2. Educação. 3. Movimentos sociais. I. Nascimento, Priscila Brasileiro Silva do. II. Barreto, Helena Martins do Rêgo. III. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. IV. Título.

CDD – 379

 <p>PPGEDUCAMPO Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo / UFRB Mestrado Profissional em Educação do Campo</p> <p>CFP CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES</p>	<p>SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA Centro de Formação de Professores - CFP Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo Site: https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampo/ E-mail: mestrado.campo@cfp.ufrb.edu.br</p>	 <p>UF3B Universidade Federal do Recôncavo da Bahia</p> <p>PPGCI Pós-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Citação e Inovação da UFRB</p>
--	---	---

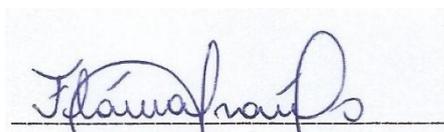
**ATA DE EXAME DE DEFESA DO TRABALHO FINAL DE
CONCLUSÃO DE CURSO DO MESTRANDO **ALFREDO
LUIZ MENEZES PORTUGAL CASTRO** NO PROGRAMA
DE PÓS - GRADUAÇÃO / MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RECÔNCAVO DA BAHIA**

Ao quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte e três, às onze horas, reuniram-se em sessão remota por videoconferência, a Banca Examinadora de defesa pública do trabalho final de conclusão de curso, composta pelos Professores: Doutora Silvana Lucia da Silva Lima e Doutora Flávia Lorena de Souza Araújo (examinadores) e por mim, Doutora Priscila Brasileiro Silva do Nascimento (Orientadora), para examinar o trabalho intitulado “Rádio Brasil de Fato Bahia: uma proposta de educação e comunicação popular e contra hegemônica para o campesinato”, do mestrando *Alfredo Luiz Menezes Portugal Castro*. Após arguição e discussão, a banca examinou, analisou e avaliou o referido trabalho, chegando à conclusão que foi APROVADO. Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Examinadora encerrou a reunião da qual eu, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca e encerrada por mim.

Amargosa, 05 de maio de 2023.

Profa. Dra. Priscila Brasileiro Silva do Nascimento
(Orientador)

Profa. Dra. Silvana Lucia da Silva Lima
(Examinador Interno)



Profa. Dra. Flávia Lorena de Souza Araújo
(Examinador Externo)

Emitido em 05/05/2023

ATA Nº 21/2023 - CETENS (11.01.55)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/05/2023 16:59)

SILVANA LUCIA DA SILVA LIMA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

1332587

(Assinado digitalmente em 05/05/2023 14:56)

PRISCILA BRASILEIRO SILVA DO NASCIMENTO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

1940856

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sistemas.ufrb.edu.br/documentos/> informando seu número: **21**, ano: **2023**, tipo: **ATA**, data de emissão: **05/05/2023** e o código de verificação: **367b4cd64e**

AGRADECIMENTOS

Essa é uma parte da travessia.

À Gabriela Amorim, à Betina Amorim e a Emiliano Amorim pelo amor incondicional, pelos sonhos, pela coragem, pela vida e o melhor que há nela.

À Gabriela Amorim, Elen Araújo, Lorena Carneiro, Vânia Dias e Vitor Alcântara pela amizade, pelo aprendizado, pela militância, pela confiança e parceria na construção do Brasil de Fato na Bahia.

Aos movimentos sociais, sindicatos, entidades e parceiros que compõem o conselho editorial do Brasil de Fato.

À profa. Dra. Priscila Brasileiro e profa. Dra. Helena Martins pela orientação e co-orientação, por acreditar no projeto, pela disponibilidade e por apontar caminhos que melhor fundamentassem esse trabalho.

À Edlamar França pelas tantas horas e horas de escuta atenta, pela sensibilidade e pelo acolhimento.

À Neilane Dias pelo encontro, pela amizade e pela parceria nesse percurso de dois anos. Sem dúvida passar por essa experiência com você por perto foi muito importante.

À profa. Dra. Kiki Givigi pelo compromisso e cuidado com o mestrado profissional em Educação do Campo da UFRB. Sinto-me honrado em participar e contribuir para a construção do curso também a partir do colegiado.

À prof. Dra Silvana Lima e à profa. Dra. Flávia Lorena pela leitura desse trabalho e por toda contribuição epistêmica.

A todas e todos, minha sincera gratidão.

*Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e,
assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com
eles lutam.
(Paulo Freire)*

RESUMO

O presente trabalho intitulado “Rádio Brasil de Fato Bahia: uma proposta de educação e comunicação popular e contra hegemônica para o campesinato” foi desenvolvido no âmbito da linha de pesquisa Agroecologia, Trabalho, Movimentos Sociais do Campo do Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e parte da inquietação que nos provoca a entendermos o papel da comunicação popular como estratégica para as lutas populares. Para tanto, como objetivo geral buscamos produzir e refletir sobre a experiência do Brasil de Fato Bahia, mais especificamente dos programas de rádio produzidos entre os anos de 2021 e 2022. Neste sentido, apontamos a importância dos movimentos sociais e organizações populares na construção desse projeto e o caráter contra-hegemônico e educativo que perpassa todo esse processo. Defendemos a importância de abordar esse assunto dentro do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, justamente por identificarmos uma ausência de discussão, até aqui, sobre o papel educativo popular que uma comunicação efetivamente popular pode ter. Assim, como metodologia realizamos a pesquisa participante, qualitativa, levantamento bibliográfico e documental, relacionando o material empírico aos conceitos de comunicação popular e educação popular em Paulo Freire, bem como seus importantes trabalhos sobre mutismo e cultura do silêncio, tão caros à construção da comunicação popular no Brasil. O trabalho analisa as possibilidades de intervenção política na sociedade a partir da comunicação popular. Nesse sentido, aponta que o projeto da Rádio Brasil de Fato Bahia foi responsável pela interiorização da produção de jornalismo popular do BdF Bahia.

Palavras chaves: Movimentos Sociais do Campo. Comunicação Popular. Contra-hegemonia. Educação Popular.

ABSTRACT

The present work entitled “Rádio Brasil de Fato Bahia (BdF): a proposal for popular and counter-hegemonic education and communication for the peasantry” was developed within the research area of Agroecology, Work, Social Movements of the Countryside of the Professional Master’s in Rural Education of the Federal University of Recôncavo in Bahia and part of the concern that provokes us to understand the role of popular communication as strategic for popular struggles. Therefore, as a general objective, we seek to produce and to reflect on the experience of Brasil de Fato Bahia, more specifically on the radio programs produced between 2021 and 2022. In this sense, we point out the importance of social movements and popular organizations in the construction of this project and the counter-hegemonic and educational nature that permeates this entire process. We defend the importance of approaching this subject within the Professional Master's Degree in Rural Education at UFRB, precisely because we have identified a lack of discussion, so far, about the popular educational role that an effectively popular communication can have. Thus, as a methodology, we carried out a participatory, qualitative research, bibliographical and documental survey, relating the empirical material to the concepts of popular communication and popular education in Paulo Freire, as well as his important works on mutism and the culture of silence, so valued to the construction of popular communication in Brazil. The work analyzes the possibilities of political intervention in society based on popular communication. In this sense, it points out that the Rádio Brasil de Fato Bahia project was responsible for the interiorization of the popular journalism production of BdF Bahia.

Keywords: Rural Social Movements. Popular communication. Counter-hegemony. Popular education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR	18
1.1 Educação e comunicação popular em Paulo Freire	20
1.2 Mutismo, cultura do silêncio e comunicação em Paulo Freire	25
1.3 Hegemonia e contra hegemonia na comunicação	28
II A CONSTRUÇÃO DO PROJETO BRASIL DE FATO	34
2.1 Os movimentos sociais do campo	42
2.2 A criação do programa de rádio Brasil de Fato Bahia	46
2.3 A opção pelas rádios comunitárias	48
III A RÁDIO BRASIL DE FATO BAHIA	54
3.1 Rádio Brasil de Fato Bahia, movimentos sociais do campo e campesinato: a contra hegemonia	56
3.1.1 A estrutura do programa: quadros	61
3.1.2 A estrutura do programa: matérias e entrevistas	68
CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
ANEXO I	83
ANEXO II	87
ANEXO III	91

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasce do nosso cotidiano de trabalho na produção de programas jornalísticos de rádio no Brasil de Fato Bahia. Nesse processo, que se desenrolou de maio de 2021 a dezembro de 2022, percebemos o caráter educativo que esse processo de comunicação popular assume. Os 64 programas semanais com uma hora de duração cada foram realizados a partir das demandas e pautas apresentadas por movimentos sociais e populares, principalmente, do campo. Nas páginas que se seguem, pretendemos analisar, portanto, o papel educativo que o jornalismo popular pode assumir em sua produção. Tal caráter educativo está tanto em abordar essas pautas por um viés popular, ecoando histórias constantemente silenciadas na mídia hegemônica, quanto em demonstrar a possibilidade mesma de construção de processos comunicativos a partir dos movimentos populares camponeses.

Também buscamos destacar que, em que pesem as atenções voltadas às novas tecnologias, particularmente a internet, o veículo rádio tem um entrelaçamento com o jornalismo popular e camponês. Ao detalhar a história de criação da Rádio Brasil de Fato Bahia, lembramos que o rádio sempre foi visto pelos movimentos camponeses ligados à Vía Campesina como um importante canal de comunicação no campo brasileiro e discutimos a pertinência dessa aposta estratégica. Isto porque, apontam esses movimentos, o rádio é um veículo muito utilizado pela população camponesa que ainda tem muita dificuldade de acesso à internet e que se vê pouco ou nada representada na comunicação produzida nos centros urbanos.

Além disso, em uma conjuntura tão *sui generis* como essa em que vivemos atualmente, com um destacado recrudescimento da desinformação como arma de guerra da extrema-direita no país, utilizar o rádio como veículo de comunicação popular no campo tem um relevante papel também em educação popular. Os programas produzidos são expressões disso, seja explicando a importância da vacinação contra covid-19 ou sarampo, seja apontando o crescimento da violência no campo durante os anos do governo Bolsonaro. Defendemos, desta forma, que a Rádio Brasil de Fato Bahia assume um caráter de educação popular do campo que se dá para além dos muros das escolas, ocupando um importante espaço de produção de narrativas nos territórios.

É preciso ressaltar ainda que a escolha das rádios comunitárias como veículos prioritários de divulgação deste programa tampouco se deu de forma aleatória. As rádios comunitárias, como detalharemos a seguir, nascem a partir das lutas de movimentos

sociais e populares, no processo reivindicar o direito à comunicação e à democratização da comunicação no país. São veículos criados e mantidos por associações e organizações comunitárias, com o objetivo principal de garantir a produção de uma comunicação conectada com os territórios, a fim de trazer diversidade e pluralidade para o processo comunicacional. Assim sendo, entendemos que as rádios comunitárias eram os veículos em que um programa de jornalismo popular e camponês deveria estar.

A par disso, ressaltamos a importância de trazer essa discussão, sobre jornalismo popular e educação popular, para um mestrado em Educação do Campo, numa linha que trata de movimentos sociais. Queremos, assim, analisar o exercício do caráter educativo e emancipatório que o jornalismo popular pode assumir, considerando tanto a disputa por meio dos conteúdos quanto o papel mobilizador e de ação dos movimentos sociais do campo nesse processo.

Rádio Brasil de Fato Bahia

Na Bahia, o dia 02 de Julho é uma data importante do calendário de lutas, pois marca o fim das lutas pela independência do Brasil, tendo como palco a Bahia e como protagonistas, o povo baiano. Não por acaso, essa foi a data escolhida por nós para o lançamento da edição 00 do programa jornalístico de rádio do Brasil de Fato Bahia. Em 02 de julho de 2021, foi ao ar a primeira experiência de rádio do jornal do BdF Bahia, o que marca também um momento de expansão territorial da nossa produção de informação, do nosso diálogo, envolvimento e construção com as comunidades camponesas e do fortalecimento da comunicação popular. Mas, antes é preciso recordar como chegamos até aqui.

O Sistema Brasil de Fato de Comunicação nasce em 25 de janeiro de 2003, durante o Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre (RS), que reuniu diversos movimentos sociais, sindicatos, universidades, artistas, intelectuais e políticos de esquerda, que ali se encontravam para discutir, dentre muitas coisas, a ofensiva política e econômica neoliberal e suas consequências para a sociedade latino-americana, brasileira e mundial. Naquele momento, vivíamos o êxtase da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro presidente de esquerda operário e nordestino na nossa incipiente democracia. Era a esperança de um governo progressista.

O Sistema Brasil de Fato nasce de uma provocação de João Pedro Stédile, liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, no sudeste do país, na

cidade de São Paulo, convoca as primeiras reuniões para se discutir o projeto, sua linha editorial, formato, periodicidade, articulações possíveis, a sustentação do projeto e outros. As reuniões aconteceram durante todo o ano anterior ao seu lançamento no FSM e surge de uma necessidade consensual de se combater o discurso violento das mídias hegemônicas em relação aos movimentos sociais do campo, às organizações sindicais etc. Na visão daquele grupo, era preciso, então, termos um veículo veementemente de esquerda, com uma visão popular do Brasil e do mundo.

Quase dois meses depois, em 08 de março de 2003, são impressos e distribuídos os primeiros jornais em formato *standard* e, a despeito do desejo de fazer acontecer, nasce junto com o projeto uma série de dificuldades e contradições típicas de construção de um jornal impresso que, apesar do caráter popular, é produzido dentro da lógica do jornalismo empresarial, hegemônico. Tais contradições envolviam desde sua logística de distribuição à centralização da produção jornalística em São Paulo, bem como outras questões, entre elas a do trabalho dos profissionais que constroem o Brasil de Fato. Assim foram dados os primeiros passos dessa experiência.

Muitas foram as dificuldades, mas destacamos aqui uma das principais, pois implicava na saúde financeira do projeto: o modelo de venda por assinaturas, por diversas vezes atrasavam e não chegavam a cobrir os custos de produção do jornal. Outra realidade avassaladora para o jornalismo impresso da conjuntura daquele tempo era as proporções aceleradas com que a internet se tornava um ambiente de divulgação e comunicação mais barato, rápido e acessível, a despeito das dificuldades de acesso à internet que a maior parte da população brasileira tinha (e tem).

Assim, logo também migraríamos o formato para o on-line. Junto com o site nasce também a proposta de descentralização do Sistema Brasil de Fato, com a criação de redações estaduais. Estas foram desenvolvidas com autonomia própria, inclusive de financiamento e formação de equipes, mas funcionando em rede, com uma linha editorial única, uma produção coletiva dentro de um projeto que é nacional. É assim que iniciamos a experiência do Brasil de Fato Bahia. Em 2017, acontecem as primeiras reuniões para se pensar o Brasil de Fato Bahia. Mesmo entendendo as dificuldades e os custos de se fazer jornal impresso, decide-se por manter tal formato, por já haver um acúmulo nacional de mais de uma década nessa produção.

Na Bahia, então, o jornal já começa a ser produzido no formato tabloide, com custo um pouco menor de produção. Ele era distribuído principalmente em terminais de ônibus e metrô e eventos, mas também eram enviados para os sindicatos e movimentos sociais.

Aliás, são esses movimentos e organizações populares que dão vida e abraçam a ideia do projeto aqui na Bahia e, assim, compõem o Conselho Político Editorial do projeto desde o seu início. Dentre eles estão a Consulta Popular, hoje, Movimento Brasil Popular (MBP), que desde o início assume a tarefa de responsabilidade pelo projeto na Bahia; Sindicato dos Petroleiros na Bahia (Sindipetro), maior financiador do projeto desde o início; os movimentos ligados à Vía Campesina, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM); e sindicatos como o Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (Apub), Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente da Bahia (Sindae), Sindicato dos Engenheiros da Bahia (Senge), dentre outras organizações como veremos no Capítulo II. Aqui vale ressaltar, que apesar do protagonismo do MST na construção do Brasil de Fato nacionalmente, aqui na Bahia é a então Consulta Popular que protagoniza o processo organizativo e estrutural, e o MST sempre figurou em nosso Conselho Político Editorial, em alguns períodos mais próximo da construção diária do jornal, mas também com alguns períodos de afastamento.

Em 05 de dezembro de 2017, fizemos o lançamento da edição 00 do Brasil de Fato Bahia, mas apenas em junho de 2018 faríamos a impressão 01. As dificuldades para se estruturar financeiramente o projeto e, por conseguinte, a dependência de articulações políticas com os movimentos sociais e alguns mandatos de parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) explicam esse intervalo entre uma edição e outra. Nesse momento, já contribuíamos para o site nacional, em que havia uma aba interna dedicada à Bahia, assim como para outros estados. Mas, logo o Sistema entende que a migração para um site próprio expressava melhor o caráter autônomo dos estados.

Fazíamos agora, dentro do Sistema Brasil de Fato de Comunicação, um jornalismo com visão popular da Bahia, do Brasil e do mundo. Esse, sem dúvida, foi um passo importante para expandirmos o caráter popular do projeto, dialogarmos de forma mais regionalizada e territorializada e assim incidirmos com mais precisão aqui no estado. Fazer jornalismo popular não é fácil, é preciso uma dedicação militante muitas vezes exaustiva. Nos mantínhamos financeiramente a partir das parcerias com os movimentos, sindicatos, mandatos e organizações, nesse sentido, muito próximo das experiências do restante do país.

Aqui na Bahia nossa experiência é recente como dito nos parágrafos anteriores, em 2022 completamos cinco anos. Entramos apenas no sexto ano desse processo, e friso isso

porque não podemos deixar de falar que, em grande parte desse período, passávamos por uma grande crise sanitária mundial, que já resultou na morte de mais de 700 mil brasileiros e brasileiras, pela contaminação do vírus da Covid-19. Em março de 2020, com pouco mais de dois anos de projeto, entrávamos em um período de isolamento social que se estendeu por quase três anos, com momentos de maior ou menor abertura e, com isso, fazer jornalismo in loco, e foi determinante para pensarmos de imediato uma maneira de continuar construindo o projeto de maneira que chegasse a mais comunidades com o desafio financeiro de sustentação. Tudo parou durante o período mais grave da pandemia no ano de 2020. Vivíamos paralelamente uma crise econômica de caráter mundial que perdura ainda hoje, junto com um período nebuloso de recrudescimento do fascismo no Brasil, com o governo de Jair Bolsonaro.

Foi nessa conjuntura que construímos os programas de rádio a partir de 2021. Os programas de rádio eram um desejo antigo, a bem da verdade sempre estiveram no horizonte da construção do Sistema Brasil de Fato de Comunicação, e também era um dos objetivos do BdF Bahia. Nossa pretensão era (e é) interiorizarmos nosso projeto, aproximarmos das comunidades campestres não apenas para levar informação, mas também para construirmos juntos esse jornalismo popular. O caminho escolhido foi o das rádios comunitárias, apesar de veicularmos nosso programa primeiramente em uma rádio comercial, a rádio Juazeiro FM. Pouco mais de um ano depois, chegamos às rádios comunitárias dos municípios baianos de Inhambupe, Anguera, Piritiba, Rui Barbosa e Quixabeira como veremos mais adiante.

Entendemos que as rádios comunitárias possuem esse caráter de construção popular que se aproxima daquilo que também produzimos – pelo menos em teoria. Fazemos esse destaque porque vimos uma grande ascensão de concessões de rádios comunitárias a pastores e igrejas evangélicas fundamentalistas durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. A par disso, esse é o caminho escolhido por nós e que só foi possível obter tal enraizamento devido a uma parceria com a Associação de Rádios Comunitárias (ABRAÇO) aqui na Bahia. A escolha das rádios aconteceu de forma pragmática. Tínhamos um pequeno recurso que repassávamos para ABRAÇO e ela se encarregava do repasse dos programas as rádios; pois foi a maneira de viabilizarmos o projeto naquele momento, mas a proposta que ainda sustentamos é de formarmos parcerias também nos municípios em que os movimentos sociais que compõem nosso conselho editorial incidem mais fortemente.

Do ponto de vista orçamentário, a viabilização se deu por meio do Projeto Nordeste, gerido pelo MST em Pernambuco através de edital para o fortalecimento das rádios do sistema BdF no Nordeste. O projeto viabilizou, além da construção do nosso programa de rádio aqui na Bahia, o fortalecimento de iniciativas semelhantes em Pernambuco, Paraíba e Ceará. Com os recursos, foram pagos essencialmente pessoal. O primeiro ciclo de produção do programa durou o tempo do financiamento do projeto, ou seja, de julho de 2021 a dezembro de 2022, realizando um total de 64 programas semanais com uma hora de duração cada.

O programa se estruturava em matérias jornalísticas, entrevistas e alguns quadros fixos ou não, como veremos no Capítulo III. O que é importante trazer já de início é a pretensão de desenvolver um caráter contra-hegemônico desde a linguagem das matérias, as fontes e a forma organizativa até o *modus operandi* de articulação com as comunidades e os movimentos sociais, que nos pautam e participam da construção do projeto a partir das reuniões de Conselho Político Editorial ou não. Assim, como veremos, sempre tivemos uma abordagem diferente das mídias hegemônicas, em relação às vozes ouvidas, às demandas apresentadas, ao cuidado com a linguagem.

Assim, o objetivo principal deste trabalho é apresentar uma forma de construção de uma comunicação contra-hegemônica, destacando seu caráter educativo com o campesinato e para o campesinato, expandindo nosso caráter popular para além da capital e, por conseguinte, fazermos contraponto às formas como chegam a comunicação hegemônica nesses lugares e incidirmos em lugares em que há vazios de informação.

Especificamente buscamos fortalecer a comunicação popular a partir do jornalismo popular; fortalecer as rádios comunitárias enquanto espaços estratégicos de comunicação regional, territorial; apresentar dentro do Programa de Formação de Professores em Educação do Campo da UFRB a importância da comunicação popular no enfrentamento das questões do campo e como esse campo é estratégico no enfrentamento das ideias, e com isso fomentar alianças para percepção da comunicação popular e comunitária como estratégica; propor o desenvolvimento prático do papel da comunicação nos processos educativos fora da escola; discutir os conceitos de educação popular e comunicação popular a partir do campo.

Para execução dos programas de rádio, nos organizamos em uma equipe remunerada sempre muito pequena. Em 2021, esta era composta por três jornalistas, sendo uma editora e duas repórteres, e uma pessoa responsável pelos processos administrativos e articulações políticas. Além disso, contamos, desde o início, com o

trabalho de uma editora técnica de áudio, que está vinculada ao BdF Pernambuco. A partir de 2022, essa equipe foi alterada algumas vezes, como veremos mais adiante, mas mantendo-se mais ou menos nesse formato. As pautas eram decididas tanto nas reuniões de Conselho Político Editorial, quanto também nas reuniões semanais da equipe para decidirmos a construção do programa de cada semana. Os programas eram enviados às quintas-feiras para a editora de áudio e aos domingos iam ao ar nas rádios acima citadas.

Pesquisador militante

A escolha por tratar aqui nesta pesquisa sobre um programa de rádio construído com comunidades camponesas, com os movimentos sociais, sindicatos e outros não foi uma escolha aleatória. É preciso destacarmos também a trajetória deste pesquisador para entendermos como os caminhos se cruzam, se entrelaçam e resultam neste trabalho – e aí nos permitam nessas próximas linhas o uso da primeira pessoa do singular. No início de minha trajetória acadêmica, ainda na graduação em Jornalismo, entre os anos 2002 e 2006, meu percurso é marcado pela pesquisa. Durante aqueles anos, fui bolsista e pude pesquisar em escolas públicas do estado de Sergipe, sobre recepção televisiva, os impactos da mídia na vida dos jovens adolescentes daquelas escolas.

Na conclusão da graduação, ao elaborar um trabalho de conclusão de curso, já não buscava mais entender os impactos na recepção de mídias, e me dediquei a entender se quando os professores da rede pública estadual de Sergipe, ao fazerem o uso dos meios de comunicação em sala de aula, faziam alguma discussão sobre o uso desses meios ou apenas utilizavam como instrumentos para exibição de documentários, programas de rádios, com a atenção voltada apenas ao conteúdo da disciplina. Na pós-graduação, já buscava entender as formas de violência na mídia, de que forma se apresentavam as violências e de que forma as violências se evidenciavam na mídia. Faço esse resgate para apontar que meu interesse pela interseção entre comunicação e educação sempre estiveram presentes.

Esse percurso se entrelaça com outra trajetória militante de envolvimento nos centros acadêmicos e colegiados desde o ensino fundamental e médio na escola pública, como o grêmio estudantil. Foram esses outros espaços de expressão comunicativa e de militância que se somaram ao percurso acima. Nos últimos anos, morando no interior da Bahia, acumulei a experiência de participação na construção do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no estado, que me permite experienciar a comunicação popular e

comunitária a partir do Coletivo de Comunicação, e as experiências educativas a partir do Coletivo de Formação, os quais eu compunha. E porque não dizer o entrelaçamento da educação e da comunicação a partir das diversas práticas comunicativas.

Esse foi um percurso que me despertou para o entendimento mais aprofundado sobre educação e comunicação popular, por isso busquei o mestrado profissional em Educação do Campo. A princípio, sugeri como pesquisa possível a realização de uma formação que proporcionasse uma leitura crítica dos meios de comunicação no campo. Mas, a conjuntura nos leva para a necessidade de enfrentamento mais direto ao avanço da extrema-direita no Brasil e, portanto, a necessidade de construir uma comunicação contra hegemônica com o campo, com os movimentos sociais diante de uma eleição que se aproximava, diante de uma crise sanitária e econômica instaurada. A reflexão se daria, portanto, no contato com um produto de comunicação, na perspectiva da práxis, combinação de ação e reflexão.

Era preciso também, neste contexto, fazer contraponto à desinformação, à onda de violência no campo promovida pelas mineradoras, pelo agronegócio etc. É nesse momento que surge o convite para construir a Rádio Brasil de Fato Bahia, ou o programa jornalístico da rádio no Brasil de Fato Bahia, em inícios de 2021. A construção da rádio se deu durante os anos de mestrado, mas não foi cogitada de início como projeto de pesquisa porque não sabia se o projeto se tornaria realidade. No ano seguinte, não apenas era uma realidade, como era um projeto exitoso e que trouxe para o Brasil de Fato uma dinâmica diferente, com tão sonhada interiorização e um maior volume de conteúdo. Agora, fazia sentido refletir sobre esse projeto como uma possibilidade de construção de comunicação popular no campo, que se caracteriza pela sua contra-hegemonia e seu caráter educativo.

Assim, a escrita desta pesquisa é estruturada metodologicamente a partir de levantamento bibliográfico e documental, estado da arte que se inicia na busca da produção de Paulo Freire sobre educação e comunicação popular, bem como a articulação destas com jornalismo popular, as relações de poder, hegemonia e contra hegemonia nos discursos e em rádios comunitárias prioritariamente. Além disso, entrevistamos militantes que estiveram na construção do sistema Brasil de Fato desde o seu início no Brasil e na Bahia.

A partir disso, estruturamos esta escrita em uma introdução, três capítulos, conclusão, referências e um anexo com as entrevistas completas que realizamos durante a pesquisa. Consideramos importante trazê-las, pois, como explicamos mais adiante, a

história do Brasil de Fato Bahia ainda não foi sistematizada em projetos de pesquisa ou mesmo pelo próprio BdF Bahia. Assim, o Capítulo I, *Comunicação e Educação Popular*, traz os conceitos de comunicação popular e educação popular, discutindo educação e comunicação popular em Paulo Freire e seus entrelaçamentos. Ainda nesse capítulo, discutimos os conceitos freireanos de mutismo e cultura do silêncio, a partir dos estudos do professor Venício de Lima e do próprio Freire. E, por fim, discutimos hegemonia e contra hegemonia em comunicação.

No capítulo II, *A Construção do Projeto Brasil de Fato*, apresentamos o Sistema Brasil de Fato de Comunicação, como se deu sua criação e as contradições que perpassam esse caminho. Falamos ainda da importância dos movimentos sociais do campo nesse processo, qual o seu papel tanto na educação popular quanto na comunicação popular, abordamos a criação do programa de rádio Brasil de Fato Bahia e, por fim, discutimos a escolha realizada por veicular tais programas em rádios comunitárias, trazendo uma breve caracterização destas e o cenário atual de desafios, contradições e possibilidades.

No capítulo III, *A Rádio Brasil de Fato Bahia*, nos atemos à produção dos programas. Trazemos a participação dos movimentos sociais do campo e campesinato na construção do projeto, apontamos o viés contra hegemônico e o caráter educativo desse jornalismo popular produzido pelo BdF Bahia, além de detalhar a estrutura do programa, os quadros, as matérias e as entrevistas. Nesse capítulo, fazemos uma análise mais profunda dos conteúdos e daquilo que nos caracteriza como jornalismo popular e seu caráter educativo.

Por fim, relacionamos nossas bases conceitual e epistêmicas à prática, à criação da rádio Brasil de Fato Bahia apontando para a importância da comunicação e da educação popular na construção da contra hegemonia, no enfrentamento das ideias e do fortalecimento das comunidades e dos movimentos sociais do campo. Apontamos ainda para o caráter educativo que permeia todo o processo de criação e produção da rádio, mais ainda a importância dessas interseções para a educação do campo

I COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR

Desde o golpe de 2016, quando o Brasil passou a ser governado por representantes da extrema-direita fascista, o protagonismo dos meios de comunicação se evidenciou como eixo central da estrutura econômica, política e cultural da sociedade. A espetacularização da mídia no processo de impeachment de Dilma Rousseff e na perseguição e prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva são exemplos recentes do uso político dos meios de comunicação que, somados à disseminação de informações falsas através das redes sociais, impulsionaram a campanha que culminou na eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018.

Os meios de comunicação são historicamente caracterizados no Brasil, dentre outros aspectos, pela concentração nas mãos de poucas corporações, e estas, por sua vez, pelo controle e domínio da produção, transmissão e distribuição dos conteúdos, ainda que haja disputas no terreno da produção, envolvendo os trabalhadores da comunicação. Essa concentração implica na imposição de valores hegemônicos pautados pelo consumo, por um modelo de negócio alinhado ao sistema capitalista e pela incapacidade de representar a pluralidade cultural que caracteriza o Brasil.

É para fazer frente a esses meios de comunicação a serviço do capital, pautados pelo interesse hegemônico, centralizador de poder, que surgem, no campo progressista, diversas experiências de comunicação popular, que buscam participação horizontal, crítica, de caráter libertador que partem das manifestações do próprio povo, mas também dos movimentos sociais e organizações. Esta comunicação popular também sempre fez parte da dinâmica da sociedade brasileira, principalmente, a partir dos Movimentos Sociais, e apresenta princípios que podem ser vistos também no pensamento de Paulo Freire, com sua ênfase nas possibilidades de compreensão da realidade por meio do diálogo, da crítica, da libertação e, claro, por conseguinte, no seu caráter contra hegemônico.

É daqui que parte nossa discussão: da atualidade do pensamento de Paulo Freire sobre comunicação popular e seus entrelaçamentos com a educação popular. Partimos do pensamento freireano para defender e refletir sobre a importância da comunicação popular no enfrentamento à poderosa arma de guerra do capital que é a comunicação hegemônica, ressaltando sempre o caráter pedagógico que uma comunicação popular pode ter na prática dos movimentos sociais. Defendemos também, portanto, o viés contra hegemônico que a comunicação popular historicamente protagoniza na batalha das ideias.

No contexto atual, entendemos que essa comunicação popular tem ainda o relevante papel de fazer o enfrentamento à desinformação e às notícias falsas, duas estratégias que ganharam importância como armas de disseminação da extrema-direita no país na última década. Apesar da vitória de um governo de esquerda na última eleição presidencial, entendemos que o país ainda atravessa um momento marcado pelo recrudescimento da extrema-direita. Nesse processo de retomada das instituições democráticas do país, ainda sob forte ameaça do avanço da extrema-direita, entendemos que fortalecer a comunicação popular é fundamental.

Isto porque entendemos a comunicação popular como um lugar de emancipação, de expressão das demandas do povo, da comunidade, organizada ou não. Quando organizada em movimentos sociais, sindicatos, associações, por exemplo, esta comunicação popular pode se apresentar de várias formas, desde as místicas, as marchas, as formações, às mídias, jornais, zines, panfletos, cartazes etc. Assim, ela cumpre um papel de organização coletiva, de expressão coletiva, de enfrentamento, de mobilização, dentre outros tantos papéis.

Nesse sentido, o Sistema Brasil de Fato de Comunicação cumpre o papel de fazer jornalismo popular, atuando a partir dos princípios da comunicação popular na produção jornalística, exercendo, assim, o papel de tensionar, de dar voz ou de dar asas às questões do povo. O faz há 20 anos, sendo hoje o maior jornal popular e de esquerda do país e quem sabe da América Latina. Estamos em vários estados e em vários formatos – como veremos mais adiante no Capítulo II. Destacamos que nossa experiência de produção de rádio na Bahia é, sem dúvida, um marco importante na história do Brasil de Fato, pelo caráter popular de sua construção, por seu alcance, pelo enfrentamento, pelo tensionamento, mas sobretudo por seu papel educativo.

Expandir nosso alcance, dialogar com as comunidades do campo, construir jornalismo popular com essas comunidades e os movimentos sociais que representam suas demandas em um momento de crise sanitária e de recrudescimento da extrema-direita, sem dúvida, foi e é um papel fundamental na luta pela garantia da democracia, para o enfrentamento à extrema-direita nas comunidades que alcançamos e, talvez, tenha até contribuído para derrotar nas urnas o avanço avassalador do liberalismo, do fascismo e do ataque aos direitos humanos.

Por trás desse caráter, podemos dizer, visível aos olhos, existem outros elementos que caracterizam a comunicação popular e seu intrínseco caráter educativo que não podemos deixar de falar: o princípio da horizontalidade, o processo democrático e

dialógico em nosso fazer. Nos expressamos a partir das pautas das comunidades, de suas falas e a partir dos movimentos sociais, como já falamos. As decisões, as escolhas, o percurso editorial nunca é a expressão ou a exclusividade de um editor ou editora ou mesmo de um proprietário de empresa. E isso fica bem demarcado no Capítulo III, quando nos debruçamos sobre a produção dos programas.

Entendemos, pois, que nosso caminho não perpassa aquilo que é de caráter hegemônico e de produção de consensos. Pelo contrário, parte do processo educativo, emancipativo, de ruptura, de leitura crítica, de dialogismo, de superação, de libertação. Por isso, faz sentido tratarmos de educação popular, de comunicação popular, das ideias de Paulo Freire e do caráter contra hegemônico, que detalharemos conceitualmente.

1.1 Educação e comunicação popular em Paulo Freire

Partimos, então, da concepção de educação popular que emerge na década de 1960 juntamente com a ideia de educação libertadora de Paulo Freire, como bem apresenta o professor Carlos Rodrigues Brandão (2017, p. 68-71. Grifos do autor):

O que justifica a educação popular é o fato de que o povo, no processo de luta pela transformação popular, social, precisa elaborar o seu próprio saber... Estamos em presença de atividades de educação popular quando, independentemente do nome que levem, se está vinculando a aquisição de um saber (que pode ser muito particular ou específico) com um projeto social transformador. [...] Ela se realiza em todas as situações onde, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos populares (as "escolas" onde tem sentido uma educação popular "ensinar"), as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações aprendem e se instrumentalizam. A educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do *saber compartilhado* cria a experiência do *poder compartilhado*.

O pensamento de Freire (1987) lança olhar para a educação formal, entendida como aquela que acontece dentro da escola, e também para educação não formal ou informal, que acontece fora do espaço escolar. O pensamento dele ultrapassa, ainda, o campo da Educação e ganha espaço em outras áreas do saber, como a comunicação, por exemplo. Então, quando se fala em educação libertadora de Paulo Freire está se falando da libertação da condição de pensar a partir dos ideais dominantes. A Educação para a liberdade é capaz de fazer o ser humano ser sujeito da história.

"Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam". É com essa frase que Paulo Freire inicia a escrita da *Pedagogia do Oprimido* (1987), uma de suas obras mais importantes, que iniciamos nossa discussão, pois nos remete de imediato a um Freire mais que educador, preocupado com as questões educacionais e também com a situação brasileira caracterizada pela injustiça social e pela necessidade de transformação.

Não por acaso, a principal parte de sua obra – apesar da atualidade das discussões – se refere ao contexto vivido nas décadas de 1960 a 1980, marcado pela opressão vigente no período da ditadura militar (1964-1985); marcado pelo analfabetismo, pela extrema pobreza e desigualdade social; além da condição de manipulação político-ideológica da população. Como bem coloca Cicilia Peruzzo (2017, s/p):

Nesse contexto ele [Paulo Freire] se mostrou preocupado com a democratização da sociedade (geral) e dentro dela com a democratização da cultura, e indicou caminhos para a realização desse pleito. Claro que sua obra não se resume a esses aspectos, haja vista toda contribuição quanto ao método de alfabetização e as reflexões entre educadores, educando e o mundo etc. Seu método de alfabetização de adultos, inclusive, não se restringe a ensinar a ler a escrever, mas a ler o mundo para transformar a sociedade injusta e opressora.

A concepção de uma educação libertadora e problematizadora amplia o olhar e a capacidade de leitura do mundo, rompe com a relação vertical Opressor X Oprimido que está consolidada e estruturada para assim permanecer. E, nessa perspectiva, rompe com aquilo que Freire (1987) vai chamar de educação bancária, que aliena, estagna e limita a capacidade reflexiva do sujeito uma vez que o entende como mero depósito de conteúdo. "A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo" (FREIRE, 1987, p. 67).

Para isso, entendemos que é necessária também uma permanente leitura crítica, que se aplique aos meios de comunicação como expressão da palavra mundo. Leitura esta capaz de problematizar, e na qual as pessoas se sintam sujeitos do seu pensar, discutindo sua própria visão do mundo. Discutindo, nesse caso, os meios de comunicação a partir de uma representação democrática e plural, inclusive do ponto de vista da acessibilidade.

Paulo Freire (2011, p. 19) defende ser necessária "uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou na linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra". Além disso, é preciso entender-se sujeito, mas, sobretudo, o seu lugar

enquanto sujeito no e com o mundo. Entender-se sujeito no mundo em diálogo com outros seres e saberes; esse diálogo é a essência da educação e da comunicação libertadora. É a partir desse pensamento que se estabelece uma relação próxima com a comunicação popular e suas características.

É no mesmo contexto histórico em que as ideias de Paulo Freire ganham força através de suas práticas, que a comunicação popular surge como alternativa à comunicação hegemônica a partir dos movimentos populares. E não é mera coincidência que o conceito de comunicação popular traz em si pressupostos teóricos de Freire. Havia, no momento em que Freire escrevia, e também autores como Antonio Candido e Raymond Williams, superando certo economicismo redutor, a compreensão de que transformações na comunicação e na cultura estavam profundamente vinculadas às transformações sociais. Como indica Mário Kaplún (1985, p. 7), trata-se "de uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista".

A comunicação popular, segundo Cicilia Peruzzo (2006, p. 2), se caracteriza como "expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do povo". Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o povo como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. Assim sendo, é um instrumento político das classes subalternas para expressar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

Esse processo educativo caracterizado na comunicação popular é assim explicado por Kaplún (1985, p. 15):

¿Por qué empezar hablando de educación y no directamente de comunicación? ¿No es alargar el camino con un rodeo innecesario? En primer lugar, cuando hacemos comunicación educativa estamos siempre buscando, de una y otra manera, un resultado formativo. Decimos que producimos nuestros mensajes "para que los destinatarios tomen conciencia de su realidad", o "para suscitar una reflexión", o "para generar una discusión". Concebimos, pues, los medios de comunicación que realizamos como instrumentos para una educación popular, como alimentadores de un proceso educativo transformador.

O que se pretende do processo educativo e da leitura crítica dos meios de comunicação é conscientizar os sujeitos para sua capacidade de contraposição à realidade dos meios de comunicação no Brasil. Para tanto, é necessário discutir a diversidade e a pluralidade nesses meios; fortalecer a participação popular na governança do acesso e do uso da internet brasileira; discutir os limites à propriedade cruzada; pensar a estruturação

de políticas de comunicação local e espaços públicos, como escolas e centros culturais; buscar a inclusão de disciplinas de educomunicação e educação para os meios de comunicação nas escolas do campo; entre outras coisas.

É nesse processo – que consideramos aqui como de ruptura – que a comunicação popular se faz acontecer. Na perspectiva de Pedro Gilberto Gomes (1990, p. 47), "a comunicação popular é aquela que se insere num contexto alternativo que é o do enfrentamento com o projeto de dominação capitalista e dele se define como agente de definição do projeto". No âmbito da história e da atualidade, "o papel maior de uma comunicação contra-hegemônica é o de fazer pensar, o de propiciar novas formas de reflexão, com o objeto precípuo e final de libertar as consciências" (PAIVA, 2008, p. 166).

Esse fazer pensar e esse enfrentamento ao projeto de dominação capitalista para o libertar das consciências nos remete novamente a Paulo Freire (1987, p. 34) quando fala sobre a liberdade:

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal fora dos homens, ao qual, inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos.

Daí a necessidade de superar a situação de dominação hegemônica dos meios de comunicação. Isso implica reconhecimento crítico; significa o esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes, como apontamos anteriormente. Pois, como afirma Peruzzo (2017, s/p),

A comunicação, no contexto dos movimentos populares e comunitários, se ancora na prática da liberdade explicitada no exercício do direito de comunicar a partir do seu saber e da própria voz e do empoderamento das tecnologias de comunicação, as mais diversas, para colocá-las a serviço das comunidades nas lutas para mudar as condições desumanas de existência e interferir na política, nas políticas públicas e na ação dos Estados.

Defendemos que esse processo de comunicação popular e comunitária de que fala Peruzzo (2017) é também um processo de educação popular, que se dá fora do âmbito da escola, mas que compõe os processos formativos emancipatórios e contra hegemônicos dos movimentos e organizações populares. É preciso lembrar ainda que a educação do

campo também é fruto de intensas lutas dos movimentos sociais do campo para a construção de uma educação verdadeiramente emancipadora e de caráter contra hegemônico. São essas mesmas lutas que possibilitaram o surgimento de uma comunicação igualmente emancipadora e contra hegemônica que é pensada e construída por movimentos sociais.

Neste sentido, defendemos que o Brasil de Fato, ao estruturar um sistema nacional de jornalismo popular a partir dos movimentos sociais e populares do campo e da cidade, como veremos nos capítulos a seguir, é exemplo desse processo de luta. Um veículo de jornalismo popular que nasce do anseio desses movimentos de terem suas vozes ouvidas e suas histórias ecoadas. Entendemos tal anseio por comunicar histórias de luta também como um processo educacional: educa-se a sociedade pelo exemplo de lutas emancipatórias; ao mostrar o impacto das desigualdades sociais na vida cotidiana da população; ao apontar o campo como espaço de produção de saberes e de conhecimentos; ao enumerar reivindicações populares do campo e da cidade; ao desvelar a crueldade do sistema capitalista que nega o básico de uma vida digna aos mais pobres. Em cada pauta que analisaremos no terceiro capítulo, podemos apontar o caráter educacional de abordar tais assuntos por um viés popular em programas de rádio.

Assim, entendemos que o BdF, apesar das dificuldades e contradições, vem cumprindo um papel importantíssimo ao longo desses 20 anos. Desde seu caráter mobilizador à sua linguagem, seu posicionamento político e seu papel de enfrentamento à comunicação empresarial, comercial o Brasil de Fato tem ocupado ao longo desses anos um lugar de contraponto às mazelas sociais, às variadas formas de violência, de exclusão, de expropriação, de negacionismo etc. Lá em seu início, em 2003, já apresentávamos à sociedade o verdadeiro papel dos movimentos sociais, por exemplo, que vinham sendo massacrados e violentados pela mídia hegemônica, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Ainda hoje, passados 20 anos, precisamos reiterar a importância dos movimentos sociais e suas lutas constantemente em nossos veículos. A mídia hegemônica continua a cumprir seu papel vassalo do capital, e nós continuamos nesse lugar de enfrentamento das ideias.

No capítulo III será possível perceber mais profundamente essa relação a partir da leitura da nossa programação, da nossa estrutura, da nossa forma de nos organizarmos. Aqui ilustramos o nosso lugar no fazer comunicação popular e ressaltamos que buscamos, através disso, a garantia da comunicação enquanto direito humano, a garantia de pluralidade das vozes e das expressões territoriais em um país tão imenso. E isso só é

possível num processo de construção popular amplo em que as comunidades participem e sejam protagonista, seja a partir dos movimentos sociais organizados ou não. Nesse desafio, é preciso expor as amarras e apontarmos as mordanças características da comunicação empresarial.

Destacamos ainda, o papel educativo que essa produção de um jornalismo popular traz. Tanto pelo conteúdo que aborda e que serve, muitas vezes, de material de apoio para o trabalho de base dos movimentos sociais, ou, durante a pandemia, por exemplo, serviu de contraponto à desinformação espalhada por grupos da extrema-direita sobre uso de máscaras, vacina, etc. Mas também, entendemos que o caráter educativo do BdF se encontra em demonstrar formas de produção de notícias, organização de um veículo nacional, sem fins lucrativos e de caráter popular, como um caminho possível de fazer o enfrentamento ao jornalismo hegemônico e empresarial.

Quando propomos um programa de rádio, expressamos um anseio que não se personifica, mas sim que é plural. Desde antes da criação do Brasil de Fato, os movimentos que se reúnem na Via Campesina sempre defenderam a importância do papel das rádios nesse processo de enfrentamento ao discurso das mídias hegemônicas, justamente por entender que, no Brasil, principalmente no campo, este ainda é um veículo ainda importante. O que fizemos em 2021 quando lançamos o programa na Bahia é pôr em prática aquilo que já era discutido em nossas reuniões, já era sonhado e planejado. Para nós, esse é um caminho capaz de melhor dimensionar a ideia de plural e a via capaz de aproximarmos das comunidades campesinas e vice e versa.

As rádios comunitárias como veículo de propagação desses programas não são, portanto, uma escolha aleatória. Existe uma intenção de se somar a esses espaços que foram estruturados também para comunicar as demandas de suas localidades. Para nós, é importante esse intercâmbio de informações e experiências e fundamental para o fortalecimento da comunicação popular. Entendemos também o caminho mais assertivo para a ruptura com a construção de consensos da hegemonia e sua comunicação e para assim rompermos com uma cultura de apagamento de violência e ao mesmo tempo de silenciamento das demandas do povo.

1.2 Mutismo, cultura do silêncio e comunicação em Paulo Freire

O momento de crise pelo qual passamos atualmente exige urgência no debate sobre os meios de comunicação. O Brasil é historicamente caracterizado pela concentração

desses meios. Isso significa concentração do discurso, que se desdobra no silenciamento de diversos povos, diversas culturas, diversos saberes, especialmente no que toca às populações rurais, não urbanizadas, historicamente apagadas do espaço midiático. Em tempos de desinformação e manipulação da informação, é preciso discutir com a sociedade os meios de comunicação que temos e os que queremos, inclusive, de que forma queremos.

A crise sanitária causada pela pandemia da covid-19 obrigou as pessoas ao isolamento social, um isolamento físico e não virtual. O que significa que os meios de comunicação, nesse contexto, ganharam proporções ainda maiores no processo de mediação da informação e comunicação entre as pessoas, num mesmo instante em que esses mesmos meios se demonstram frágeis no sentido da segurança e do controle dessa mesma mediação.

Para além dessas questões, este mesmo contexto que se mostra dependente desses meios evidencia as desigualdades de acesso a tais espaços. Tal percepção se intensifica quando entendemos que o uso das tecnologias através dos meios de comunicação também media hoje o acesso a diversos serviços e espaços culturais e educacionais que seguiram acontecendo de forma virtual mesmo com a flexibilização da prevenção à covid-19. Isto porque, num país em que as desigualdades sociais são acentuadas, o acesso aos meios de comunicação também é restrito.

Lembramos que a cultura do silêncio habita nesse lugar da exclusão, da situação de opressão que é característica estrutural da sociedade brasileira desde o período da colonização. Ao atuar junto aos camponeses no nordeste brasileiro, Paulo Freire se deu conta que esses camponeses viviam de maneira tão colados à sua situação de vida considerada por eles como natural, que não se reconheciam como sujeitos da sua própria história. Assim, eram seres quase animalizados, no sentido de não reconhecerem sua criatividade e sua capacidade de transformação do mundo (LIMA, 2015).

Em *Educação como Prática da Liberdade* (1982), Freire chama isso de “mutismo”: camponeses não tinham sua voz ouvida, não se expressavam, não se reconheciam como capazes de ter voz. Freire (1982) associa essa característica, principalmente, a uma inexperiência democrática. Segundo ele, o Brasil, por uma série de razões históricas, nunca vivenciou uma democracia de fato que oportunizasse condições de vida em comum que dessem oportunidade para a experiência democrática.

A cultura do silêncio, por fim, caracteriza a sociedade a que se nega a comunicação e o diálogo, e em seu lugar, se lhe oferece

“comunicados”, vale dizer, é o ambiente do tolhimento da voz e da ausência de comunicação, da incomunicabilidade (LIMA, 2015, p. 66).

Esta cultura do silêncio, como destaca Venício de Lima (2015) – comunicador e leitor de Paulo Freire, que busca trazer ao campo da comunicação seu legado –, marca também, de forma muito contundente, as práticas de comunicação hegemônica presentes no Brasil hoje. É preciso destacar, ainda que pareça muito óbvio, o protagonismo dos meios de comunicação hegemônicos na conjuntura atual. Eles estão presentes na política, na economia, na educação e na sustentação de um sistema pautado pelo consumo. E, nesse sentido, o silenciamento das pautas e narrativas de boa parcela da população constitui o sustentáculo das narrativas prioritárias ao capital. Ou seja, a cultura do silêncio presente na mídia hegemônica não dá espaço para tratar de assuntos como, por exemplo, a soberania alimentar, a produção de alimentos agroecológicos, o impacto do agronegócio nos ambientes naturais e na vida das pessoas e animais. Ou, quando abrem espaço para tais temas, é sempre por um viés de criminalização dos movimentos sociais do campo e para criar uma visão de que o campo é lugar de atraso, em contraponto à tecnologia e progresso representados pelas cidades.

A cultura do silêncio, para Lima (2015), é um dos conceitos centrais relacionados ao trabalho de Paulo Freire para o estudo e a formulação de políticas públicas no campo das comunicações. Junto a este conceito está o de direito à comunicação. O primeiro foi introduzido pelo próprio Paulo Freire; já o segundo, se desenvolve em torno de seu conceito de paradigma da comunicação dialógica. Ambos, conceitos inerentes ao ambiente dos meios de comunicação (LIMA, 2015).

A luta por meios de comunicação democráticos pode se configurar como o caminho para a superação da cultura do silêncio. O direito à comunicação, formulado exatamente no momento em que diversos países latino-americanos saíam de ditaduras, abrindo espaço para discussões sobre políticas democráticas de comunicação, constitui um prolongamento lógico do progresso constante na luta por liberdade e democracia.

Nas circunstâncias históricas desse início de século XXI, queremos argumentar que a positivação do direito a comunicação como direito humano fundamental é o caminho para a plena superação da cultura do silêncio. [...] O direito a comunicação perpassa essas três dimensões, constituindo-se ao mesmo tempo em direito civil – liberdade individual de expressão; em direito político – por meio do direito a informação; em direito social – por meio do direito a uma política pública garantidora de acesso do cidadão às diferentes formas de comunicação mediada tecnologicamente (LIMA, 2015, p. 67-68).

E nessa disputa do discurso, de quem conta e como conta a história, vozes são silenciadas. Aqueles que detêm a hegemonia da linguagem e do discurso o fazem valer de maneira eficiente. Nesse sentido, as comunicações estão cada vez mais eficazes e ágeis para garantir as contradições que sustentam o capitalismo. O domínio dessas comunicações, por parte do capital, deturpa a ideia de vida ou a própria possibilidade de vida. Vida que, apesar de escrita no singular, carrega a complexidade das relações múltiplas e indissociáveis dos seres em comunhão. Vida soberana, dos povos, da natureza. Esse é um trabalho que nasce do silenciamento ensurdecido da comunicação hegemônica diante da fome que assola o país. Que nasce da indecente estratégia de desinformar acerca da dizimação dos povos e da natureza. Onde estão as vozes da fome? Estamos imersos em uma sociedade que vive a cultura do silêncio.

É na comunicação popular que buscamos as vozes contra hegemônica, que buscamos as vozes que representam as demandas da sociedade, é justamente o contraponto a cultura do silêncio, os espaços de voz da pluralidade de povos invisibilizados, expropriados de seus lugares e de suas culturas. E é preciso aprofundarmos mais nesse sentido, pois é na comunicação popular a possibilidade de discussão e aprofundamento na luta por direito à informação, a acesso, ao direito de produzir e escrever suas próprias narrativas.

1.3 Hegemonia e contra hegemonia na comunicação

Defendemos que é na comunicação comunitária e popular que se constroem a linguagem e o discurso contra hegemônico, que se estabelece como uma força contrária à hegemonia, entendida, aqui, como combinação entre coerção e consenso, com vistas à dominação social. Enquanto a hegemonia é definida como uma postura totalizante e generalizada, difundida com consentimento, configurando uma noção de dominação ideológica como aponta Gramsci (1971 apud GRUPPI, 1978). "A tarefa de toda concepção dominante consiste em conservar a unidade ideológica de todo o bloco social que é cimentado e unificado precisamente por aquela determinada ideologia" (GRAMSCI, 1971 apud GRUPPI, 1978, p. 69-70).

Não é uma tarefa fácil romper com as amarras dominantes estruturadas numa sociedade dividida em classes antagônicas. O que fizemos aqui até o momento é o esforço

de encontrar caminhos e, por conseguinte, apontar para o horizonte daqueles que se dispuseram ao esforço de pensar nas possibilidades de romper essas amarras. Este esforço pode encontrar elementos de construção naquilo que conceituamos como educação popular, como comunicação comunitária e popular, ou seja, voltar para si, encontrar nossas próprias respostas em nossos espaços.

Elaborar a própria concepção do mundo consciente e criticamente, e portanto, com esse trabalho do próprio cérebro, de escolher a própria esfera de atividade, de participar ativamente da história do mundo, de ser guia de si mesmo e de não aceitar passivamente do exterior a marca da própria personalidade (GRAMSCI, 1971 apud GRUPPI, 1978, p. 67).

Esse processo de formação crítica e, portanto, de intervenção ativa e consciente no processo da história e do mundo não é o resultado de uma reflexão pura e exclusivamente pessoal. Ele depende, dentre outras coisas, de ter acesso a discursos dissonantes do hegemônico, que desnaturalizem o *status quo* e apontem outras formas de vida, organização, relação social etc. Ademais, refletir hegemonia e contra hegemonia, como apresenta Virgínia Fontes (2008, p. 145), é

analisar as formas de convencimento, de formação e de pedagogia, de comunicação e de difusão de visões de mundo, as diferentes modalidades de adestramento para o período, as maneiras de ser coletivas e as clivagens que as atravessam, as contradições que essas modalidades suscitam.

É nesse viés e com essa intenção que percorremos esse trabalho, considerando ainda a linguagem e o discurso como elementos fundamentais nessa relação, e como estes configuram poder a partir de uma relação íntima com as comunicações.

Para Williams, a hegemonia é:

[...] “todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores -constituído e constituidor - que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida. Em outras palavras, Hegemonia é no seu sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e a subordinação vividos de determinadas classes”. (WILLIAMS, 1979, p.113)

Essa é uma trama que carrega em suas entranhas o fenômeno ideológico que, para Bakhtin (2014), se inicia na palavra. A palavra está presente em todos os atos de compreensão e todos os atos de interpretação.

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem-formados. [...] A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN, 2014, p. 42).

Justamente por isso é importante a resignificação das palavras, dos conceitos, o resgate de significados perdidos ou deformados (muitas vezes, associados à desinformação). Assim, o desenvolvimento de novos conceitos não apenas é necessário, como faz parte das lutas sociais. Temos como exemplo as palavras escolhidas pelo jornalismo hegemônico no processo de criminalização dos movimentos sociais camponeses, tais como: invasão, destruição, impacto ambiental etc. Isso nos remete à ideia de Bakhtin (2014, p. 47) do ser refletido no signo (e a palavra para ele é um signo social): "O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes".

Nesse sentido, no processo da luta de classes, da luta pela transformação social entendemos como necessário reconhecer também a importância da linguagem e do discurso, e de como linguagem e discurso estão relacionados com o poder. Ou melhor, no dizer de Bakhtin (2014, p. 17), é preciso entender língua, linguagem e discurso como "expressão das relações e lutas sociais, veiculando e sofrendo o efeito desta luta, servindo, ao mesmo tempo, de instrumento e de material".

Para darmos um passo adiante, se faz necessário, então, definirmos o que é linguagem, porém, mais que isso, dimensioná-la em seu caráter social. Resumidamente, Nildo Viana (2019, p. 11) aponta que "a linguagem é um conjunto de recursos simbólicos criados pelos seres humanos para possibilitar a comunicação humana e que, portanto, é essencialmente de natureza social". A nós, a priori, nos importa a linguagem na relação com a luta de classes.

A luta de classes que perpassa a linguagem se dá em torno do significado das palavras e dos demais signos utilizados na comunicação humana. A classe dominante possui o interesse em emperrar um livre desenvolvimento da consciência humana além de um determinado limite. Ela busca, de

forma às vezes intencional, impor sua ideologia, suas concepções, sua mentalidade. As demais classes sociais buscam resistir e as classes exploradas esboçam uma linguagem diferenciada. Entretanto, a diferença de linguagem ocorre no interior de uma totalidade, ou seja, a diferença vem acompanhada de uma semelhança (VIANA, 2009, p. 12).

Essa é uma definição que demonstra uma relação de poder, e o poder é em si uma relação social. "O poder censura discursos, não permite que qualquer ideia venha à tona, mas tão-somente permite a manifestação daquelas ideias que estão de acordo com as relações de poder instituídas em uma determinada sociedade" (VIANA, 2009, p. 10). Nessa mesma linha, não buscamos uma definição conceitual do que é discurso, mas entendê-lo também em seu caráter social. Para tanto, é importante não perder de vista que:

[...] um discurso é sempre o discurso de alguém. O discurso é sempre manifestação discursiva de quem o profere. Ele é a manifestação de um ser consciente — a consciência, segundo Marx, não é nada mais do que o ser *consciente*, que é um ser *social* (Marx e Engels, 1992) — por conseguinte, o indivíduo, o grupo, etc., que profere o discurso sempre o faz a partir de sua posição no conjunto das relações sociais e da forma como concebe sua posição. O discurso, por conseguinte, é constituído socialmente e para descobrir seu processo de produção é preciso compreender o seu produtor (VIANA, 2009, p. 17. Grifos do autor).

Quem diz? Para quem diz? Por que diz? Com qual intenção? Quem ou o que representa o que se diz? Em que tempo diz? Essas são questões iniciais que nos permitem desenhar uma manifestação discursiva; questões que nos permitem tatear os elementos que constituem o fio ideológico. É a partir dessas questões e, ainda, do percurso teórico feito até aqui que tentamos dar luz ao debate sobre a desinformação, compreendendo que a desinformação manifesta uma disputa em torno da informação, à qual os meios contra-hegemônicos participam não ocultando ou distorcendo fatos, mas buscando fomentar outra leitura de mundo. Esta que nos últimos anos ganha destaque principalmente a partir das disputas presidenciais nos Estados Unidos e no Brasil que culminaram na vitória do ex-presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro, respectivamente.

É bem verdade que este é um debate que tem ganhado um alcance relevante hoje por conta das chamadas *fake news* (notícia falsa, em português). Porém é preciso estarmos atentos: as notícias falsas não são nenhuma novidade aqui no Brasil e nem tampouco dão conta de expressar ou conceituar o problema da desinformação. Não podemos correr o risco de reduzirmos essa questão apenas ao debate do que é verdadeiro ou falso.

A desinformação que estamos vendo hoje:

[...] está diretamente relacionada à estrutura hiperconcentrada de propriedade e controle da comunicação e ao modelo de negócio dos grandes conglomerados. Google, Facebook, Apple, Amazon e outras empresas coletam, tratam e vendem dados pessoais dos usuários em estratégias de propaganda direcionada a públicos segmentados de acordo com critérios privados, mas que, sabemos, são baseados nas informações obtidas a partir da vigilância e análise do que fazemos na internet. Mais uma vez, são os velhos problemas com nova roupagem. A tendência já conhecida dos "donos da mídia" oligopolizarem mercados, ou seja, de manterem o controle dos meios de comunicação tradicionais nas mãos de poucos, tem, agora, se reproduzido em maior escala no mundo digital (INTERVOZES, 2019, p. 17).

Logo, a desinformação floresce no campo do controle, do monopólio, no campo político, com pretensão de manter o *status quo* da classe dominante, da hegemonia e, por conseguinte, do capitalismo enquanto sistema. Como consequência dela, em um momento de profunda crise política, uma onda de conservadorismo, irracionalismo e intolerância tem sido gerada. Muniz Sodré (2014) destaca que, nesse contexto, a comunicação hegemônica entre Estado e povo canaliza sentimentos como medo e ansiedade, gerando confusão, através da desinformação, da hipocrisia e da mentira.

Entendemos que a comunicação popular é uma maneira de fazer muito importante para as comunidades, movimentos sociais e outras organizações populares no enfrentamento a esse formato atual de comunicação hegemônica. Se a comunicação empresarial atual, especialmente na internet, está baseada nessa fragmentação e individualismo extremo, a comunicação popular e comunitária está baseada justamente nos laços comunitários, no fortalecimento dos territórios, no enfrentamento ao processo de silenciamento das minorias sociais e no ecoar das vozes e lutas populares.

Em um momento histórico em que é preciso fazer o enfrentamento direto à desinformação e a outras formas de comunicação alinhadas ao projeto hegemônico de forma tão urgente, a comunicação popular se torna ferramenta essencial. O Brasil de Fato, como dissemos, desde 2003, vem fazendo esse enfrentamento, que é, portanto, histórico, sendo o espaço de os movimentos sociais defenderem, por exemplo, que ocupação popular é muito diferente de invasão de terras, invertendo esse discurso hegemônico e explicando que invasão de terras é realizado, isto sim, pelo capital, que ao longo dos séculos tem invadido as terras e territórios de comunidades tradicionais, gerando a pauperização do campesinato.

Ou seja, embora atualmente esse enfrentamento à desinformação, talvez, se torne mais urgente e sua necessidade mais visível para os movimentos e organizações

populares, para o BdF e o jornalismo popular, não se trata exatamente de uma novidade. Isto porque, o papel do Brasil de Fato, desde sua criação, tem sido justamente o de enfrentamento à desinformação criada pela comunicação hegemônica. Uma vez que o fenômeno da desinformação, embora esteja sendo tratado em alguns círculos como novidade do agir da extrema-direita atualmente, é, como já dissemos, um processo antigo, apenas renovado com um alcance muito mais devastador permitido pela internet e pelas redes sociais, em específico.

II A CONSTRUÇÃO DO PROJETO BRASIL DE FATO

Em 2023, o Brasil de Fato (BdF) completa 20 anos. Pensado como uma proposta de jornalismo popular e alternativo que pudesse expressar a pluralidade e a diversidade de um país com dimensões continentais, o projeto Brasil de Fato nasce da necessidade de apresentar uma visão popular do Brasil e do mundo, que se contraponha aos modelos hegemônicos de comunicação e jornalismo que estão a servir aos interesses econômicos das grandes corporações que contribuem na sustentação do capitalismo, sistema que é baseado também em valores, cultura.

As primeiras conversas sobre sua criação surgem em 2002, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) convoca outros movimentos, representantes da sociedade civil, jornalistas, artistas, advogados, para discutir a proposta de criar um jornal que expressasse de fato as demandas da população e que tivesse um alcance nacional. Naquele momento, o Brasil estava sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, um governo de direita que representava os interesses econômicos da classe dominante. E a mídia corporativa cumpria seu papel discursivo que, de um lado, assessorava o governo e, do outro, criminalizava os movimentos sociais e sindicais, que historicamente apresentam as pautas e as demandas dos trabalhadores e da população brasileira.

Um ano após as primeiras reuniões, em 25 de janeiro 2003, foi lançada a edição 00. Num momento oportuno, dentro da programação do Fórum Social Mundial que aconteceu em Porto Alegre e reuniu mais de oito mil pessoas, entre elas representantes mundiais e nacionais da esquerda. Era um momento também de muito entusiasmo em torno da vitória do recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva que iniciaria ali o primeiro mandato de um presidente de esquerda no Brasil. Em 08 de março de 2003, quase dois meses depois do lançamento oficial, começa a circular a primeira edição do Brasil de Fato, um jornal impresso, em formato *standard*, que pretendia trazer “uma visão popular do Brasil e do mundo”. Em entrevista à pesquisadora Ana Maria Straube (2009, p. 86), o jornalista José Arbex Júnior, um dos protagonistas da criação do BdF, conta em qual conjuntura se deram essas primeiras articulações para o surgimento do sistema nacional:

O Brasil de Fato surgiu de uma necessidade, que foi bastante perceptível a partir de abril do ano 2000, durante a famosa comemoração dos 500 anos [do descobrimento do Brasil], quando o governo Fernando Henrique reprimiu violentamente as manifestações indígenas, de estudantes, de sem-terra, negros [...]. Aquele momento da história do Brasil, que deveria ser de comemoração, ficou marcada simbolicamente a hostilidade da elite brasileira com a nação

brasileira. É claro que já tinha tido o antecedente de Eldorado dos Carajás, em 1996, e a violência contra os movimentos sociais nunca tinha deixado de acontecer, mas o governo Fernando Henrique foi se tornando cada vez mais violento. E o ano 2000 foi um momento emblemático [...] você tinha uma conjuntura que estava realmente clara para quem quisesse ver, que a elite brasileira estava engrossando o caldo contra os movimentos sociais e estava sendo cada vez mais violenta. Então isso aí foi colocando o sentido de urgência, de você ter um jornal que colocasse as coisas do ponto de vista dos movimentos sociais, das lutas populares, da sociedade brasileira, que não era o ponto de vista das corporações.

É nesse contexto, portanto, que se inicia a construção do Brasil de Fato, em que era preciso criar espaços de amplificação das vozes populares que estavam sendo esmagadas pelo neoliberalismo.

É importante que se diga, no entanto, que, mesmo após 20 anos de trajetória, encontramos pouca produção sistematizada sobre a história do BdF. Assim, a principal fonte utilizada neste trabalho é a dissertação de mestrado de Ana Maria Straube de Assis Moura (2009), que apresenta um apanhado da trajetória, das contradições e as perspectivas de um jornal popular e alternativo. Nele conseguimos encontrar elementos do início do projeto, falas importantes de José Arbex Jr, João Pedro Stédile, Nilton Viana e Ricardo Genbrin, figuras que protagonizaram essa criação e que narram o período de 2002 a 2008 do Brasil de Fato.

Além dessa memória escrita, recorreremos às memórias e histórias ainda não contadas em papel para entender o momento mais recente do BdF e, principalmente, a história do Brasil de Fato na Bahia. Entrevistamos três militantes do Movimento Brasil Popular¹ que participaram do processo de criação do Brasil de Fato na Bahia, desde o período em que este era distribuído via correios, em bancas de revistas e espaços públicos. São eles Vitor Alcântara, militante do Movimento Brasil Popular, esteve à frente do processo de criação do Brasil de Fato na Bahia; Elen Carvalho, também militante do MBP, jornalista, foi editora do Brasil de Fato Bahia desde a criação do projeto até agosto de 2022, estando à frente também do processo de criação da rádio; e Lorena Carneiro, militante do MBP, jornalista, editora do Brasil de Fato Bahia de agosto de 2022 até janeiro de 2023. Desta forma, ressaltamos que o resgate da história do Brasil de Fato e sua consequente documentação requer um trabalho investigativo, e que esse trabalho, por conseguinte, também contribui para tal documentação e guarda de memória.

¹ O Movimento Brasil Popular é uma dissidência da Consulta Popular que surge em 2022.

Quando o sistema nacional do Brasil de Fato é pensado, como dissemos, a partir, principalmente, de São Paulo, o que mostra também o desafio para os meios populares serem, efetivamente, diversos como é o Brasil. Em seus primeiros passos, o jornal já traz reportagens e matérias mais longas, que aprofundam os mais variados temas, com crítica social e viés popular em sua escrita e em suas lutas, ainda assim carrega a contradição de ser realizado a partir desse lugar. É preciso destacar, portanto, que as primeiras reuniões, e durante alguns anos, os encontros para se pensar o projeto, a linha editorial, bem como as reuniões de pautas aconteciam em São Paulo e pretendia dar conta de expressar, por um viés popular, as diversas formas de lutas e expressões do povo brasileiro.

O BdF nasce da necessidade de fazer uma disputa dentro da sociedade. Como o MST sempre teve essa capacidade, ali na década de 90, de atrair muita gente do campo progressista, intelectuais, professores universitários, alunos das universidades, militantes das esquerdas, da igreja, sempre teve essa preocupação de como envolvê-los em tarefas etc. Claro que o BdF não é uma iniciativa apenas do MST, mas não tem como dizer que o MST não teve um protagonismo nessa história. As figuras que se aproximavam naquele momento tinha uma visão, uma clareza da necessidade de um instrumento da esquerda de disputa ideológica. O BdF surge naquele contexto de eleição de governo Lula, a qual ajudamos a elegê-lo. Nesse sentido era também uma expectativa de criar uma iniciativa que pudesse contar com o apoio do governo e se fortalecesse como uma iniciativa de se contrapor à narrativa dos grandes grupos empresariais da comunicação. Fazer uma comunicação contra hegemônica. Tanto que o BdF traz "uma visão popular do Brasil e do mundo" (Vitor Alcântara²).

Ou seja, mesmo com contradições nesse processo, e elas são importantes, é preciso ressaltar que o Brasil de Fato nasce a partir do fazer de movimentos sociais e populares que entenderam, naquele contexto, a urgência em disputar as narrativas com a mídia hegemônica. Ademais, o processo de distribuição naquele início também carrega as dificuldades do fazer popular, do contra hegemônico e as contradições que a experiência revela no decorrer do seu fazer. Em seus primeiros anos, o projeto é financiado por contribuições dos movimentos, sindicatos, vez ou outra por contribuição de mandatos e outra parte a partir de assinaturas advindas do trabalho militante que representantes dos movimentos faziam em seus estados. Ou seja, naquele início, militantes principalmente do MST, mas também da Consulta Popular, corriam atrás de assinantes para o jornal, em seus espaços, nas universidades, das ruas etc.

² Estas e as demais falas de Vitor Alcântara foram extraídas de entrevista concedida ao autor em 22 de novembro de 2022.

Naquele momento, identificamos que nosso público de assinantes estava ficando restrito, sendo formado, em sua maioria, pela classe média, universitários, trabalhadores sindicalizados que tinham alguma condição de fazer uma assinatura. Por isso, outra forma de chegar às pessoas foi através da distribuição em ruas, praças, pontos de metrô e de ônibus, que ocorria também pelo esforço militante de representantes dos movimentos sociais que acreditavam no projeto.

Vítor Alcântara lembra ainda as assinaturas, com entrega via correios, e a distribuição gratuita eram as únicas formas possíveis na época, pois havia um monopólio na distribuição via banca de revistas, por exemplo:

O jornal tem sua distribuição via correios para seus assinantes, nesse início. Nesse processo de construir essa disputa ideológica dentro da sociedade, nós descobrimos a estrutura de monopólio que também existe na distribuição, banca de revistas, super fechados, difícil acesso. Esse que também poderia ter sido o caminho. Então, o caminho era: a pessoa assinava o BdF, num processo difícil de operar porque era via boleto, [...] tinha vezes que dava problema no desconto, outra hora era problema no envio, às vezes a pessoa assinava e recebia o jornal só depois de três meses.

Anos depois, o jornal passa a ser produzido no formato tabloide na busca por processos de produção mais baratos e mais viáveis para um projeto popular e sem grandes financiadores.

Um dos motivos da crise, da mudança do formato do jornal diz respeito à dificuldade do jornal se sustentar. Com esse custo de impressão, mais o custo da logística do envio, a quantidade de assinaturas não cobria os gastos. Esse formato dura quase 10 anos até 2012/2013, quando se decide mudar para o formato tabloide. [...] Diante das dificuldades, havia a discussão, inclusive, de se encerrar o projeto, antes mesmo de decidir pela mudança para o tabloide (Vítor Alcântara).

Na década de 2010, o jornal completa 10 anos de existência (e resistência) sob forte crise financeira. Nesse processo, os movimentos e organizações que mantinham o projeto chegam a discutir seu encerramento. Vítor Alcântara ressalta que, mesmo que tivesse se encerrado ali, o Brasil de Fato seria a mais longa e sólida experiência de um jornal de esquerda no Brasil, já que os meios sempre enfrentaram problemas financeiros e de continuidade, inclusive por terem sido sufocados.

Diferente de outros países que têm uma tradição mais forte nesse sentido, a gente não tem experiências de muito tempo de jornais de esquerda de circulação nacional construído por um conjunto de movimentos sociais e sindicatos (Vítor Alcântara).

Para Vítor Alcântara, outro fator que influenciou a crise vivida pelo Brasil de Fato naquela época foi a expansão da internet e do acesso aos portais de informação digitais, o que levou não apenas o BdF, mas a grande maioria dos jornais impressos a vivenciarem crises semelhantes. “A arrecadação de vários jornais estava caindo, e a nossa também” (Vítor Alcântara). Essas crises expuseram a contradição e dificuldades de se fazer jornalismo popular, com discurso contra hegemônico, utilizando o mesmo sistema de produção do jornalismo empresarial. Fazer jornalismo popular nos mesmos moldes das estruturas hegemônicas tem um custo e um ritmo que não dificulta nossas lutas, pois nos coloca o grande desafio constante do como fazer, como encontrar as fissuras e superar o que está posto e que não nos serve.

De um lado, construíamos uma grande experiência de jornalismo popular fazendo enfrentamento das ideias, tensionando as estruturas do sistema; do outro lado, os custos de fazer o enfrentamento utilizando das mesmas estruturas da comunicação hegemônica como já apontamos. Os custos operacionais logo vieram à tona, e a dificuldade de manter o projeto sem fins lucrativos se sustentando financeiramente se fez presente e até hoje é uma realidade em vários estados onde o projeto está.

Destacamos algumas delas: os custos de impressão, os custos e a logística de distribuição, seja via correios, em bancas de revistas, envio para os movimentos e sindicatos e outros. Além dessas questões estruturais, não podemos deixar de destacar o acelerado avanço das tecnologias e do acesso à internet que determinaram algumas mudanças significativas no cenário das comunicações, telecomunicações e radiodifusão. Uma discussão muito frequente, então, era sobre os custos de se fazer um jornal impresso e os custos de se ter um jornal on-line.

Esses são alguns dos fatores que nos levaram a pensar nossa atuação também na internet, a partir dos sites e das redes sociais. Primeiramente, a partir da experimentação de um site nacional, com abas internas para cada estado. Num segundo momento, desvinculando os estados dessa página nacional e dando autonomia para os estados, isso ocorre com o processo de descentralização do projeto e a liberdade de autonomia para cada estado se estruturar, como forma de regionalizar, potencializar a territorialização do projeto no país.

Consideramos do ponto de vista da territorialização um avanço, pois possibilita uma identificação do projeto com cada estado, fortalece os laços e os vínculos comunitários, acabamos incidindo muito mais local. Além disso, as demandas locais não ficam

camufladas em uma aba dentro de um site nacional com tantas informações diversas dos mais variados lugares em um país que, como já apontamos, tem proporções continentais. Por outro lado, do ponto de vista da produção e do acesso acabamos mergulhados também em contradições. Aqui apontamos duas delas: a primeira é quanto ao acesso, ponto muito sensível a um projeto que se quer verdadeiramente popular. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2021 apontou que 90% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet, no entanto, a mesma pesquisa mostra que quase 30% das famílias no campo não têm acesso à internet. Ressaltamos ainda que a pesquisa não mede, por exemplo, qualidade de acesso e capacidade de navegação. Ou seja, ainda que a internet tenha realmente se expandido no país, o acesso ainda é muito desigual.

Outro ponto importante do jornalismo on-line que impacta a produção do jornalismo popular proposto pelo Brasil de Fato é o ritmo de produção imposto pela sensação de imediatez trazida pela internet. O comportamento da mídia hegemônica na produção jornalística on-line tem sido a busca por rapidez e por conteúdos que gerem curtidas e compartilhamentos nas mídias sociais, em detrimento da qualidade do texto e da história contada. Embora o BdF, mesmo no ambiente on-line, siga prezando pelo conteúdo que aprofunde debates e traga mais vozes para apresentar suas narrativas, a pressão pela imediatez dos conteúdos também é sentida no dia a dia da nossa produção.

O fato é que o site e a migração para as redes sociais vieram para ficar, assim como foi para a mídia hegemônica. Mas, claro, isso não se dá sem contradições. Afinal, como lidar com o fazer popular e contra hegemônico dentro das combinações algorítmicas? Como medimos o alcance, o controle, o que está por trás da entrega dessa informação? Tudo isso para dizer também que temos questões ainda não resolvidas quando pensamos no jornalismo popular. Mas, que, ao mesmo tempo, entendemos a importância de estarmos nesses espaços disputando as narrativas.

Hoje, o Brasil de Fato atua em dez estados: Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. Este último onde funciona a equipe que produz o Brasil de Fato no âmbito nacional. Lá também funciona o Centro Popular de Mídias (CPMídias)³, que contribui em muitas tarefas do BdF.

³ Centro Popular de Mídias criado para atender às demandas de produção, edição de comunicação dos movimentos sociais.

Em 20 anos de atuação, podemos perceber as mudanças nas estruturas do Brasil de Fato. A principal delas talvez seja exatamente o modelo descentralizado de produção, que possibilita um maior alcance, bem como uma maior variedade de vozes e histórias. Em 2022, o site nacional alcançou a marca de 60.408.249 visualizações, ou seja, uma média de mais de 5 milhões de pessoas alcançadas por mês, o que mostra o desafio de chegar à imensa população brasileira.⁴

Neste formato, cada um dos estados se organiza autonomamente, busca suas articulações políticas e fontes de financiamento, cada um conforme sua realidade, mas obviamente tendo como princípio a linha editorial e política do Sistema BdF. É comum nas articulações dos estados a presença dos movimentos sociais, sindicatos, em alguns lugares mandatos de partidos políticos, entidades eclesiais etc. Nas reuniões do conselho do Brasil de Fato aqui na Bahia, por exemplo, participam representantes dos movimentos sociais do campo, sindicatos e outras entidades, como traremos mais adiante.

A par disso, é uma construção autônoma e de acordo com a realidade de cada estado a maneira como se estrutura, se mantém, por exemplo, uma redação física (após a pandemia, alguns estados, a exemplo da Bahia, mantiveram o trabalho apenas em home office), se mantém além do site, o jornal impresso, o programa de rádio ou outras atividades que dialogam com o perfil jornalístico do Brasil de Fato.

Aqui na Bahia, a construção do Brasil de Fato se inicia em 2017, com as conversas iniciais entre os movimentos sociais e sindicatos sobre a importância de ter um jornal popular no maior estado do nordeste. Diferentemente do que acontece com a criação do sistema nacional e em alguns estados, aqui na Bahia quem inicia essa movimentação é o Movimento Brasil Popular (então Consulta Pública). Naquele momento, a tarefa de articular a vinda do BdF para a Bahia coube a Vítor Alcântara e Jamille Araújo. Eles chegaram a realizar um intercâmbio no BdF Minas Gerais para entender melhor todos os processos envolvidos na criação dessa unidade estadual.

Ellen Carvalho se junta a esse grupo, vinda do BdF Pernambuco, para trazer o conhecimento técnico sobre o jornalismo, uma vez que os outros dois militantes não tinham formação técnica à época⁵. Participavam dessa articulação inicial também o MST, Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens (MAB), Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Sindicato dos

⁴ Informação fornecida por Monyse Ravena, coordenadora de mídias do Brasil de Fato.

⁵ Jamille Araújo atualmente cursa jornalismo na Universidade Federal da Bahia.

Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (Apub), CUT, Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente da Bahia (Sindae), Levante Popular da Juventude, Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro), Partido dos Trabalhadores, Universidade Federal da Bahia (UFBA), além do MBP (então Consulta Popular).

O primeiro impresso produzido na Bahia é lançado em 5 de dezembro de 2017, data que marca o aniversário de Carlos Marighella. Ellen Carvalho lembra que todo o trabalho de construção dessa primeira edição foi militante, não remunerada. A diagramação e impressão foram feitas pelo BdF Pernambuco, estado que já naquela época assumia a função de ser polo do BdF no Nordeste. A verba para impressão foi arrecada entre essas entidades que compunham aquele primeiro Conselho Político Editorial, contando também com uma contribuição do sistema nacional.

Foi só em junho do ano seguinte, que o jornal ganha uma periodicidade de publicação. Entre julho de 2018 e março de 2020, o BdF conseguiu produzir uma tiragem de 10 mil exemplares por mês do jornal em formato tabloide. A distribuição seguia sendo um grande problema a ser resolvido também na Bahia. Tentávamos enviar para as cidades onde tinham militantes deles [dos movimentos parceiros]: Feira de Santana, Jequié, Itabuna, Vitória da Conquista. A distância era um fator que dificultava (Ellen Carvalho⁶).

A distribuição do jornal se tornava um momento de contato com as pessoas das cidades, um momento de diálogo, de troca, um momento também de educação popular utilizando o tabloide como instrumento. Ellen Carvalho pontua ainda que, em paralelo à elaboração do jornal impresso, existia também a demanda por produção para conteúdo para o site, até aquele momento, ainda um site nacional único com abas para cada estado. A equipe reduzida sempre foi um fator de limitação para tanto. Para ela, é a criação do programa de rádio que traz um maior volume de matérias publicadas no site, porque todo o material produzido para os programas era, posteriormente, transcrito e publicado também no site.

Assim, os dois primeiros anos, 2018 e 2019, foram focados no jornal impresso. Em 2020, a pandemia de covid-19 inviabiliza a distribuição feita pessoalmente e em locais de grandes aglomerações. A partir de então, se torna prioritário concretizar o projeto de iniciar a produção de material radiofônico na Bahia. Ainda segundo Ellen, essa intenção

⁶ Esta e as demais falas de Elen Carvalho foram extraídas da entrevista concedida ao pesquisador em 22 de novembro de 2022.

existia desde o início dos debates sobre a viabilidade de implantação do BdF na Bahia. Vítor Alcântara pontua que essa era uma demanda defendida principalmente pelos movimentos organizados na Vía Campesina, ou seja, pelos movimentos camponeses, justamente por entender que sua base está organizada no campo, onde o rádio ainda é um veículo de informação muito importante.

O projeto da rádio parte da ideia de que o BdF precisa ser interiorizado. E o impresso demanda muito mais recurso financeiro e de gente. Como o objetivo do BdF hoje é dialogar com o povo, foi se entendendo que precisava de um veículo que chegasse mais fácil nas pessoas, entendendo a configuração do país. O Brasil é um lugar em que as pessoas ouvem muito rádio, mesmo com o advento da internet. Outra coisa é que o jornal é muito acessível, porque ele é distribuído gratuitamente, mas a gente tem uma população que não lê ainda. O rádio também chega nessas pessoas. Essa é uma compreensão macro do porque que se investiu em rádio (Elen Carvalho).

A partir de 2021, então, o projeto da rádio Brasil de Fato Bahia começa a ser concretizado (vamos detalhar esse processo a seguir). Essa estrutura que viemos mantendo desde o início do Brasil de Fato aqui na Bahia ocorre fruto do trabalho antes de tudo de militantes e dos parceiros que acreditam no jornalismo popular do BdF. É desse lugar também que buscamos os recursos financeiros necessários para manter uma estrutura mínima capaz de fazer o jornal acontecer. A princípio, esse apoio vinha prioritariamente dos sindicatos e demais entidades populares. Atualmente, temos buscado também submeter projetos a editais locais, nacionais e internacionais.

2.1 Os movimentos sociais do campo

Como apontamos mais acima, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) teve o importante papel de organizar e aglutinar diversas pessoas e movimentos para a realização do Sistema Nacional Brasil de Fato. Não apenas porque teve protagonismo no processo de criação do projeto, mas porque, além disso, sempre foi uma grande inspiração para nós que construímos o projeto Brasil de Fato. Desde a organização dos seus processos comunicativos mais amplos, como a comunicação que organiza as marchas, organiza o movimento, até a comunicação de mídias como jornal, cadernos de formação, boletins, redes sociais, programas de rádio etc. Mas, antes de detalhar essa relevância, é pertinente partimos de uma visão mais geral que conceitue os movimentos sociais do campo e seu relevante papel nesse processo. Afinal de contas, é

preciso lembrar que, na Bahia, outros movimentos sociais, além do MST, tiveram um maior protagonismo na implantação do projeto.

Para Alain Touraine (apud GOHN, 2011), os movimentos sociais são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime, ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazer propositivos” (GOHN, 2011, p. 336). Assim, os movimentos são capazes de realizar diagnósticos sobre a realidade social e de construir propostas, de atuar em rede, de se autogerir, têm como horizonte a construção de uma sociedade democrática.

A partir disso, é preciso pensar também os movimentos sociais como espaços educacionais para além dos muros das escolas, espaços mais próximos do povo e mais distantes do ideal de “formação” no sentido de pôr em uma forma dada; espaços de educar para aprender e construir um pensamento crítico diante do mundo. Para Maria da Glória Gohn (1994, p. 17),

Falar da existência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico.

Quando lançamos olhar para os movimentos sociais do campo, observamos também a capacidade desses movimentos de estabelecerem o diálogo entre o campo e a cidade, o que expressa uma compreensão da necessária articulação das lutas, o que é desenvolvido especialmente pelo MST, a partir de meados dos anos 1990. A capacidade de interiorizar, no sentido de levantar, a partir da realidade camponesa, discussões que muitas vezes se restringem aos centros urbanos, como é o caso aqui da discussão sobre os meios de comunicação. Observamos ainda a capacidade educativa, formativa, crítica que possibilita uma ruptura com a ordem hegemonicamente vigente.

Assim, localiza-se aqui o potencial transformador desses movimentos que, a história também nos mostra, são capazes protagonizar mudanças. “As mudanças que engendram não são apenas no cenário político-econômico, mas também se referem à dinâmica das relações vividas pelas pessoas mais diretamente ligadas a eles” (MELO apud MELO ALMEIDA, 2009, p. 142).

Há algum tempo os principais movimentos sociais do campo atuam através de uma comunicação que se estabelece por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e

internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos não tão novos meios de comunicação e informação, como a internet. O MST, por exemplo, possui amplo protagonismo na área de comunicação popular e alternativa.

A centralidade da comunicação na luta do MST também deve ser considerada a partir da história, que se atualiza no funcionamento de seus *sites*, *twitter*, jornais, revistas, audiovisuais e rádio. Relacionadas ao âmbito comunicacional estão, também, as ações simbólicas não-midiáticas, como a icônica, as palavras de ordem, as marchas, as atividades culturais, os festivais de música e poesia, a assessoria de comunicação, os cursos formativos e os documentos de comunicação (GUINDANI; ENGELMANN, 2012, p. 62. Grifos dos autores).

A trajetória histórica do MST é marcada, entre outras coisas, pela trajetória de um modelo de comunicação contra hegemônica, de caráter popular. Segundo Guindani e Engelmann (2012, p. 62), "suas ações comunicacionais avançam pelos mais variados segmentos: para a mobilização popular; para a interação com a sociedade, tendo em vista a sua transformação, como também a própria organização dos trabalhadores rurais".

Assim, é importante ressaltar uma outra concepção dos movimentos sociais apresentada por Scherer-Warren (apud MELO ALMEIDA, 2009) que os compreende como ações coletivas organizadas, produzidas em reação a carências não atendidas. E destaca o aspecto da comunicação entre os participantes, apontando para a velocidade e o dinamismo que constituem tais movimentos, observando ainda diferentes graus ou formas de inserção num mesmo movimento social. Para Scherer-Warren (apud MELO ALMEIDA, 2009, p. 145-146),

Movimento Social é um conjunto abrangente de práticas sociopolítico-culturais que visam a realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre os sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político, ou com múltiplas práticas efetivas.

Essas características nos fazem crer na viabilidade de discutir os meios de comunicação de forma crítica no âmbito dos movimentos sociais do campo, entendendo que esses movimentos são capazes de propor este olhar crítico sobre os meios de comunicação, alinhando esta às outras pautas de lutas que são prioritárias nesses movimentos, a exemplo da soberania alimentar, da questão agrária, entre outras. É preciso ressaltar ainda que tais lutas camponesas também se desenrolam no âmbito da informação e da comunicação, naquilo que convencionamos chamar de batalha das ideias.

Dito isso, voltemo-nos então para o MST, destacando suas experiências com o rádio a partir dos trabalhos de Camila Bonassa Faria (2021) e de Joel Felipe Guindani (2010). Como aqui analisamos os programas de rádio do Brasil de Fato Bahia, é importante também fazermos outras leituras que nos apresentem a realidade e as contradições do processo de “fazer rádio” dos movimentos sociais. A dissertação de Camila Faria analisa o uso da internet e das mídias sociais na intensa produção radiofônica do movimento. E a dissertação de Joel Guindani propõe uma compreensão entre o que se tem sistematizado em documentos sobre a comunicação do movimento e aquilo que se pratica a partir da Rádio Terra Livre.

É importante trazermos alguns pontos dessas contribuições para ampliarmos nossos olhares e podermos comparar nossos caminhos, nossos acertos e nossas contradições no processo de construção da comunicação a partir da rádio. No caso do trabalho de Guindani (2010), uma das contradições apontadas se dá no distanciamento entre aquilo que se tem documentado e aquilo que se é praticado. Ele aponta alguns fatores para que isso ocorra, dentre eles, é que a rádio está atenta às demandas da sociedade, à realidade do território onde está inserida, e os documentos do Movimento indicam caminhos respaldados em sua luta ideológica dentro MST. O outro fator é o processo de mediação social que acaba influenciando diretamente na construção do tempo e das pautas da rádio.

Nesse sentido, analisamos que o Brasil de Fato se assemelha em partes. Diferimos do MST porque não partimos de documentos sistematizados de algum movimento social, mesmo que construindo com eles. No entanto, assim como a Rádio Terra Livre, também nossas pautas são influenciadas pelo corriqueiro mediado, ainda que buscando sempre um viés popular na construção da notícia. Ademais, a rádio Brasil de Fato produz programas de jornalismo popular e comunitário e não dá conta de uma programação de rádio completa.

Já o trabalho de Faria (2021) traz uma questão muito importante que é essa relação do uso da internet e das mídias sociais na experiência radiofônica do MST, a partir da Rádio Camponesa Palmares, em Cratús (CE). Essa é uma realidade presente no dia a dia das rádios comunitárias como um todo atualmente, e na construção do programa de rádio do Brasil de Fato Bahia não é diferente. Basta dizer que o programa começou a ser produzido durante o período de pandemia da covid-19, portanto, todo o processo de produção se dava por meio da internet. Não apenas por isso, quase sempre recorremos aos aplicativos de mensagens, às pesquisas na internet na construção do nosso programa

e mesmo ao Instagram para ajudar a obter contato com algumas fontes. Para nós, é muito difícil (e custoso) se deslocar para apurar matérias no interior do estado, por exemplo.

Um outro viés dessa relação entre a internet, as redes sociais e a rádio está no processo de disseminação do programa de rádio também nesses espaços. Nossos programas, por exemplo, estão nas rádios comunitárias, mas também estão no Spotify, no site do Brasil de Fato e são divulgados via Instagram, por exemplo.

A rede mundial de computadores é uma ferramenta que proporciona o acesso rápido e a maior agilidade na divulgação das informações. Pensando nisso, a opção por disponibilizar a programação das rádios e os programas na internet, ainda que seja um campo novo de atuação, pode ser uma decisão acertada. Além disso, a interação emissora e público pode ser dinamizada através das mídias sociais. Mas o fundamental é que a comunicação tenha um caráter de mobilização, organização, agitação, propaganda, educação e formação. Para isso, é importante pensar que a produção dessa comunicação deve ser realizada pelos próprios trabalhadores, acabando assim, com a divisão entre produtores e consumidores. Mas, principalmente, faz-se necessário estimular e proporcionar que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam a voz de sua própria Organização (FARIA, 2021, p. 93).

Destacamos que o Brasil de Fato nasce a partir dos movimentos sociais, como já dissemos. E os movimentos trazem uma ideia de popular e comunitário que está muito presente especialmente nos trabalhos desenvolvidos por Paulo Freire. Portanto, para o Brasil de Fato é importante se entender como parte dos movimentos, que nasce desse lugar e, assim, olhar para o fazer comunicação popular dos movimentos se torna algo muito importante para nós.

2.2 A criação do programa de rádio Brasil de Fato Bahia

A estruturação do programa de rádio Brasil de Fato Bahia em 2021 traduz bem esse fluxo. Entre maio de julho daquele ano, este pesquisador juntamente com Gabriela Amorim, trabalhamos, de forma militante não remunerada, na produção de um programa piloto, que foi ao ar no 02 de Julho, data que marca o fim das lutas pela Independência do país ocorridas no estado da Bahia. Ao longo de dois meses, discutimos e estruturamos esse programa em reuniões, produzimos e editamos as matérias, roteirizamos o programa, que, ao final, foi submetido a uma avaliação nacional. Após receber aprovação, foi possível seguir na busca por captação de recursos para a produção seriada do programa. Este veio apenas em outubro, com a aprovação de um projeto via MST em Pernambuco

que contemplou a produção de programas de rádio nos estados da Bahia, Ceará e Paraíba, além de Pernambuco.

Assim, foi possível produzir 64 edições semanais, de outubro de 2021 a dezembro de 2022. Neste período, do início até agosto de 2022, a equipe responsável pelo programa era formada por este pesquisador, na função de produtor e responsável pelo quadro Outras Vozes, de forma militante não remunerado; por Gabriela Amorim, que então ocupava a função de repórter, locutora e roteirista; e Ellen Carvalho, que acumulava a função de repórter e editora. Além disso, o Brasil de Fato contava ainda com a repórter Jamile Araújo, que se ocupava principalmente da produção jornalística para o site, colaborando eventualmente também com o programa; e Gabriela Alvarez, que ocupava as funções administrativa e de articulação política do projeto.

Em agosto de 2022, com a saída de Ellen Carvalho, que volta para o Brasil de Fato Pernambuco, assume a função de editora, com acúmulo das funções administrativas e de articulação política, Lorena Carneiro, também militante do Movimento Brasil Popular. Com isso, é feita uma reformulação na equipe: saem também Gabriela Alvarez e Jamile Araújo, e chega, na função de repórter, a jornalista Vania Dias. Essa equipe passa a se ocupar tanto da produção do programa de rádio, quanto de matérias para o site, com o aumento da carga horária de Gabriela Amorim e a remuneração deste pesquisador.

Em dezembro de 2022, acordamos suspender a produção dos programas de rádio, com o iminente encerramento do projeto que até então o financiava. Em janeiro de 2023, Lorena Carneiro comunica seu desligamento das funções no Brasil de Fato Bahia e convida a este pesquisador para assumir as funções administrativas e de articulação política e Gabriela Amorim para assumir a função de editora, juntos se responsabilizando pela coordenação do projeto na Bahia.

Nesta nova configuração da equipe, temos buscado restabelecer a periodicidade das reuniões do Conselho Político Editorial, bem como estabelecer novas parcerias políticas e para financiamento. Nesse sentido, no âmbito da articulação, passamos a contar com novas entidades nas reuniões do conselho, a exemplo do próprio MST, que estava afastado, além da Articulação do Semiárido (ASA), Movimento de Organização Comunitária (MOC) e Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE). No âmbito financeiro, buscamos frequentemente editais estaduais, nacionais e internacionais, além de parcerias, como é o caso da CESE, do Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (APUB) e do Sindicato do Petroleiros da Bahia (Sindipetro), mais antigo financiador do Brasil de Fato na Bahia. Inclusive, nesse

processo de consolidação do BdF Bahia, o Sindipetro ofereceu uma sala em sua subsele, em Salvador, para ser ocupada pelo jornal.

A partir de março de 2023, a CESE também passa a compor essas parcerias financiadoras do projeto. Fechamos um contrato de dez meses para produção de conteúdo jornalístico em áudio e em texto com foco em direitos humanos e defesa da democracia. É essa parceria, junto com uma outra articulação importante com a Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (ABRAÇO), que tem possibilitado projetarmos a volta da produção dos programas de rádio para este ano de 2023. No capítulo seguinte, trataremos mais detidamente sobre a produção dos programas.

Vale ressaltar que, o programa de rádio tem nos aproximado ainda mais do caráter popular que tanto almejamos alcançar no nosso jornalismo, além de ser, atualmente, o que tem viabilizado a existência do BdF na Bahia. Lembramos que outros estados também têm produzido programas de rádios e veiculado em rádios comerciais e comunitárias, a exemplo de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Minas Gerais.

As rádios sempre estiveram no horizonte do sistema Brasil de Fato, o debate sobre estar nas rádios sempre foi colocado desde o início de sua criação. Aqui na Bahia não foi diferente. Entendemos como um importante caminho para se fazer o enfrentamento das ideias, para se fazer uma comunicação contra hegemônica. A partir dos programas de rádios conseguimos chegar às comunidades campesinas, a outras realidades mais distantes das capitais e dos centros urbanos entendendo como importante e necessário para o caráter plural e diverso que se espera daquilo que é popular.

2.3 A opção pelas rádios comunitárias

Desde esse início também, aqui na Bahia, o nosso objetivo sempre foi conseguir veicular o programa no maior número possível de rádios comunitárias. As rádios comunitárias surgem do processo de emancipação do povo organizado a fim de se contrapor à comunicação hegemônica, à comunicação dos grandes oligopólios da mídia. Elas partem da pluralidade, do que é comum, do que compõe uma comunidade em sua mais ampla forma de existir. “Nos locais onde existe uma rádio comunitária, ela se torna importante meio de expressão e de fortalecimento do poder reivindicatório dos atores sociais” (FARIA, 2021, p. 14). As rádios comunitárias, portanto, são criadas para ser o espaço de se comunicar, de tornar público e de expressar as demandas do povo e da comunidade.

O processo de criação e funcionamento desse modelo de rádio é regido pela Lei 9.612/1998, regulamentada pelo decreto nº 2.615 do mesmo ano. Ela trata das questões técnicas, de frequência, de potência, de cobertura, de quem pode ou não pleitear uma concessão e fazer uso etc. Convém dizer que uma rádio comunitária tem um alcance restrito a um quilômetro, com frequência modulada em FM, seu uso ou sua criação não deve ter fim lucrativo, político-eleitoral e/ou religioso, bem como deve ser gerida por uma associação de caráter comunitário. Neste trabalho, convém apontarmos para o caminho que se cruza, que intersecciona com o fazer jornalismo popular, com a contra hegemonia, com o processo emancipatório do povo, com o processo formativo e educativo que se expressa.

É importante lembrar que o processo de construção desse objeto de luta que se tornaram as rádios comunitárias legalizadas remonta embates mais antigos de enfrentamento à comunicação hegemônica, como as rádios livres da década de 1960. Ao olhar para o passado, principalmente para aquele período entre os anos 60 e 70, é possível enxergar, ao mesmo tempo, um conjunto de acontecimentos que convergem ideologicamente. Nesse período, por exemplo, vemos nascer as mais importantes obras de Paulo Freire e, com elas, surgem novos elementos e características do que é educação popular e comunicação popular. Conceitos que, junto com a ideia de comunitário e alternativo, baseiam tanto a criação daquilo que viria a ser regulamentado como rádios comunitárias, como também são práticas e epistemes que fundamentam o Brasil de Fato. Ou seja, é desse olhar para o mundo que se entrelaçam o projeto Brasil de Fato e as rádios comunitárias.

Camila Faria (2021) destaca ainda que as rádios comunitárias transmitem uma programação de interesse social, vinculada à realidade local e sem fins lucrativos. Características que poderiam muito bem descrever o jornalismo executado pelo Sistema de Comunicação Brasil de Fato. Ainda observando a caracterização trazida por Camila Faria (2021), podemos dizer que tanto rádios comunitárias, quanto o BdF contribuem para a ampliação da cidadania, democratização da informação, educação informal e cultural.

Uma emissora comunitária possibilita uma participação ativa e autônoma das pessoas residentes na localidade, bem como de representantes de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva na programação, nos processos de criação, no planejamento e na gestão (FARIA, 2021, p. 64).

Como dissemos, no processo de viabilização da rádio Brasil de Fato Bahia, portanto, desde o início, desejamos veicular os nossos programas em rádios comunitárias dos mais diversos territórios do estado. Nossa construção dessa parceria com as rádios comunitárias, no entanto, só foi possível a partir de agosto de 2022, quando Lorena Carneiro chega à equipe do Brasil de Fato Bahia e inicia uma articulação com a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO), que mediou a veiculação dos nossos programas em rádios comunitárias associadas. Além dessa parceria, conseguimos chegar a apenas mais uma rádio a partir da mediação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A relação com a ABRAÇO possibilitou um contato mais direto com um maior número de rádios, em diferentes territórios, que era uma das nossas preocupações.

Essa é uma parceria que se amplia em 2023, com nossa participação na Plenária Nacional das Rádios Comunitárias que aconteceu em março, em Brasília. Naquele momento, o Brasil de Fato é convidado a participar das discussões e se somar à caravana da ABRAÇO Bahia rumo à capital do Brasil. Naquele espaço, pudemos nos apropriar com mais profundidade das questões que permeiam a luta das rádios comunitárias no Brasil. Vale aqui apontarmos algumas delas, pois expõem um cenário relevante para nós que construímos comunicação popular:

- priorizar a publicação do Plano Nacional de Outorga (PNO) para os 2 mil municípios brasileiros que ainda não têm uma rádio comunitária outorgada;
- fim das restrições quanto à veiculação de publicidade/propaganda;
- acesso a verbas de divulgação públicas, tal como ocorre com as emissoras de cunho comercial;
- inclusão das rádios comunitárias no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST);
- convocação da 2ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom);
- regulação da mídia, conforme previsão na Constituição Federal;
- Campanha pelo Fim do Analfabetismo no Brasil, com a participação das rádios comunitárias;
- estimular a formação, capacitação e treinamento de comunicadores populares e radialistas, para impulsionar o desenvolvimento das rádios comunitárias e a comunicação comunitária no país, conforme lei 9.612/98.

Embora entendamos como justificáveis cada uma dessas reivindicações, defendemos que algumas delas, principalmente com relação ao financiamento, precisam ser analisadas com mais cautela, como explicaremos a seguir.

A Plenária é também um espaço de análise de conjuntura e um espaço de apontar caminhos, direcionamentos, encaminhamentos. Nesse sentido, podemos afirmar que a Plenária de 2023 trouxe um avanço significativo do ponto de vista das articulações. Essa foi a primeira vez que os representantes das rádios comunitárias foram recebidos por ministros, dentre eles o das Comunicações, e por diversos parlamentares. Tendo como efeito a criação de uma Frente Parlamentar Mista das Rádios Comunitárias. Isso é avaliado como um avanço, considerando que o caminho para a escuta e o diálogo foi aberto.

Conseguimos nos colocar no processo de transição do governo, tivemos um representante da radiodifusão comunitária na equipe de transição. De lá para cá, viemos sinalizando nossas pautas, os pontos críticos que envolvem inclusive o financiamento e a independência das rádios comunitárias, construímos a Plenária como parte desse processo de tensionar o governo. E durante a Plenária avançamos para a criação de uma Frente Parlamentar Mista, conseguimos que pela primeira vez fossemos atendidos pelos representantes parlamentares em Brasília (Sandro Lima⁷).

Alguns processos foram movimentados durante os dias de Plenária fruto dessa mobilização, que contou com representantes de muitos estados, dentre os quais Piauí, Sergipe, Rio Grande do Sul, Ceará, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo a Bahia o estado com a maior delegação.

É preciso dizer, entretanto, que a presença fortíssima de um grande número de evangélicos, pastores que representam ou pleiteiam uma concessão de rádio comunitária chamava a atenção na plenária. Isso nos acende um alerta para o avanço do fundamentalismo religioso para a dominação de uma ferramenta que nasceu da luta dos movimentos sociais e que é, como já destacamos, importante nos processos de educação popular e formação para organização social. Por isso mesmo, assistir ao avanço do fundamentalismo evangélico que usa as rádios comunitárias para proselitismo religioso ou, pior, para disseminar desinformação e discurso de ódio é algo que nos preocupa.

Outra questão que ficou muito patente para nós durante a plenária é a personificação das rádios que muitas vezes acabam associadas a uma pessoa – um pastor, por exemplo

⁷ Sandro Lima é presidente da ABRAÇO Bahia. Esta e as demais falas dele foram extraídas de entrevista concedida ao pesquisador em 22 de março de 2023, durante a Plenária Nacional.

– e não a uma associação ou comunidade como deveria ser. Neste sentido, ouvimos alguns discursos muito preocupantes durante a plenária, como por exemplo um pastor que orgulhava de ter sido eleito vice-prefeito graças à rádio comunitária; ou um outro pastor afirmando que estava só esperando a autorização da rádio para levar a palavra do senhor para a comunidade. Ao mesmo tempo, constatamos que os deputados que receberam os representantes das rádios comunitárias em seus gabinetes foram os deputados dos partidos de direita, como Partido Liberal, Podemos, Avante e, em alguns casos, também deputados-pastores.

Isso demonstra um preocupante avanço da extrema-direita brasileira no sentido de tomar as rádios comunitárias de assalto para servir de ferramenta para disseminar desinformação e discurso de ódio em comunidades campesinas país afora. Ressaltamos, portanto, a importância de os movimentos sociais e populares estarem atentos para disputar esses espaços, cobrando inclusive uma maior fiscalização por parte dos órgãos governamentais responsáveis no sentido de não liberar concessões que estejam em desacordo com a legislação em vigor.

Por isso também, enxergamos com ressalvas as reivindicações apresentadas pela ABRAÇO no sentido de flexibilizar ou liberar as formas de financiamento das rádios comunitárias. Mesmo conhecendo muito de perto a dificuldade de financiamento de projetos de comunicação popular e comunitária, entendemos que uma possível flexibilização nesse sentido pode levar a um crescimento ainda maior do fundamentalismo religioso dentro das rádios comunitárias.

Essa é uma preocupação também do Brasil de Fato, pois entendemos que a construção do jornalismo popular é um processo não apenas técnico, como também militante. E nessa militância, enxergamos o urgente desafio de manter o caráter popular e comunitário de ferramentas como estas que são uma conquista histórica dos movimentos sociais e populares no campo da comunicação, e de evitar que se transformem em mais uma ferramenta a serviço da extrema-direita no país.

Nesse sentido, já nos colocamos à disposição junto à ABRAÇO para pensarmos e refletirmos sobre esse cenário dentro dos nossos espaços, especialmente do Conselho Político Editorial. Pois entendemos que somar esforços nesse sentido é fazer enfrentamento, é fazer leitura crítica do que se desenha no tempo presente. Entendemos que a comunicação é um direito humano, e, portanto, é preciso lutar para garantir esse direito. O Brasil de Fato entende a comunicação também como ferramenta de

fortalecimento da democracia, por assim ser, não se coloca em função ou como espaço de validação dessas práticas distorcidas dentro das rádios comunitárias.

Quando buscamos as rádios comunitárias para estabelecer parceria na busca por consolidar um jornalismo verdadeiramente popular, as entendemos como espaço de comunicação plural, de caráter coletivo e de expressão das comunidades, dos territórios. Entendemos que é nosso dever nos colocarmos em função da garantia dessa pluralidade e das demandas verdadeiramente populares, as vozes são muitas, as cores, as histórias, os desejos, as demandas são muitas e merecem um espaço de expressão. É preciso se colocar nesse lugar de enfrentamento das ideias também a partir desse lugar de quem constrói a comunicação popular e comunitária. Entendemos que é fundamental, para a defesa da democracia do país, garantir que as rádios comunitárias desempenhem a função social para a qual foram criadas, ou seja, ser espaço de democratização da comunicação no Brasil, garantindo a pluralidade de vozes que produzem a radiodifusão no país.

III A RÁDIO BRASIL DE FATO BAHIA

Quando nos foi dada a tarefa da criação de um programa de rádio para o Brasil de Fato Bahia, em 2021⁸, a demanda já estava sendo pensada pela equipe que construía o BdF no estado. Na verdade, a ideia do que poderia vir a ser esse programa de radiojornalismo popular era discutida desde o início da construção do projeto na Bahia. Aquilo que se vislumbrava para a programação, a estrutura, a composição, o tempo de duração já tinha espaço no imaginário da equipe que compunha o sistema, ou seja, a ideia da rádio chega para nós com alguma estrutura.

Apesar disso, com nossa chegada à equipe, o debate é retomado com a liberdade de repensarmos o que já havia sido imaginado, evidentemente, dentro da linha editorial, linguagem e discurso adotados pelo Brasil de Fato não apenas na Bahia, mas em todo o sistema nacional. Logo, temos por referência as sugestões das companheiras(os) que já discutiam os contornos do projeto, como também as experiências exitosas dos estados em que a Rádio Brasil de Fato já era uma realidade. Algumas dessas experiências que nos inspiram são as rádios de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco. Esta última mais próxima a nós não apenas por estar no Nordeste, mas também por administrar o chamado Projeto Nordeste, que estruturou, inclusive financeiramente, a criação de programas de rádio no Ceará, Paraíba, além de Bahia e Pernambuco.

A nós, duas preocupações eram fundamentais: a presença do campesinato nessa construção, mesmo que essa participação inicialmente se desse apenas a partir dos movimentos sociais do campo que compunham ou não o Conselho Editorial do Brasil de Fato aqui na Bahia, e a capacidade pedagógica e educativa dessa experiência, considerando a possibilidade de alcance de um público que até então não era alcançado da maneira que se queria, através dos formatos que já haviam sido estruturados: o impresso e o site. Além disso, tínhamos como meta importante ocupar espaços em que muitas vezes há um vazio de informação e dialogar com as comunidades do campo a partir das demandas destas.

Ademais, cabe também retomarmos de maneira breve, mas não menos importante, o contexto conjuntural desafiador em que tudo isso é pensado. Vivenciávamos, ao mesmo tempo, a crise sanitária mundial causada pela pandemia da covid-19, a volta do país ao

⁸ Para ser mais exato, as primeiras provocações sobre a criação de um programa de rádio para o Brasil de Fato Bahia começam ainda em 2020. Mas é em 2021 que decidimos aceitar o convite.

mapa da fome, uma crise econômica de proporções mundiais, a política de extrema-direita posta em prática pelo governo de Jair Messias Bolsonaro — como um desdobramento do golpe de Estado contra a presidenta eleita Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No campo das comunicações, vivíamos — e ainda vivemos — um período marcado pela desinformação e pelas *fake news*. A desinformação foi adotada como estratégia política pela extrema-direita, tendo como seu representante maior Bolsonaro. Ressalte-se que ele chega à presidência adotando a estratégia de espalhar desinformação e *fake news* e fortalece essa estratégia com o domínio da máquina pública, influenciando, inclusive, a condução da pandemia no Brasil. O uso das redes sociais como mecanismo de disseminação de desinformação desacreditava a ciência, os dados reais, confundia a população e questionava até a própria ideia de verdade. A Rádio Brasil de Fato Bahia, portanto, nasce nesse contexto em que se contrapor aos grupos hegemônicos da comunicação empresarial não se fazia mais suficiente, sendo necessário e urgente também combater a desinformação que circula através da internet — nas redes sociais, sites, aplicativos de mensagens como WahtsApp, Telegram etc.

Assim, desde a criação do programa piloto, que foi ao ar em 02 de julho de 2021, até 25 de dezembro de 2022, foram ao ar 63 programas semanais, de uma hora de duração. Num primeiro momento, este era veiculado na rádio Juazeiro FM, sempre aos domingos pela manhã, e disponibilizado nos sites do Brasil de Fato e do Brasil de Fato Bahia e na plataforma de *streaming* Spotify⁹. Em agosto de 2022, após algumas articulações, passamos a transmitir também nas rádios comunitárias Esperança FM, em Ruy Barbosa; Diamantina, em Piritiba; Rosário FM, em Itaberaba; Anguera FM, em Anguera; Inhambupe FM, em Inhambupe; Líder FM, em Laje; Quixabeira FM, em Quixabeira; Itapicuru FM, em Ponto Novo; Top FM, em Jaguarari; Vida FM, em Itapetinga; Tomba FM, em Paratinga; Cactus FM, em Xique-Xique; Capivari FM, em Macajuba; Baixa Grande FM, em Baixa Grande; Tropical FM, em Itaetê; e Ponta Aguda FM, em Itatim.

A Rádio Brasil de Fato na Bahia atendia tanto a uma necessidade de continuar produzindo comunicação popular em um contexto de pandemia, quanto a um desejo antigo do BdF de chegar ao campo. Desde o início, portanto, a produção dos programas semanais foi pensada de forma a trazer em sua programação as pautas dos movimentos

⁹ Todos os programas podem ser ouvidos no canal do Spotify, pelo link:
<https://open.spotify.com/show/5QJb8As9RMTtDhhCxV5Daw?si=eec536433b364122>

camponeses mais próximos do BdF e que compõem o seu Conselho Editorial, bem como abrir espaço para que os próprios camponeses e camponesas pudessem contar suas histórias. No entanto, as dificuldades enfrentadas nesse processo nos levam a fazer escolhas pragmáticas, como aponta a ex-coordenadora e editora do Brasil de Fato na Bahia, Lorena Carneiro¹⁰:

A rádio de Juazeiro foi escolhida de forma pragmática, porque a gente tinha uma questão obrigatória de ter uma rádio comercial por conta do projeto do MST¹¹ [...]. Nossa centralidade estava em optar pelos municípios maiores aqui do estado: Feira de Santana, Salvador e Vitória da Conquista. Só que, quando foi feito o levantamento, [...] a gente não conseguiu um horário e uma rádio com o preço acessível. Uma das rádios de Salvador ofereceu um horário inviável, às 4h da manhã, no valor de R\$5 mil. Inviável! [...] a rádio que a gente conseguiu com um preço digno e horário viável foi a rádio Juazeiro. Foi uma escolha pragmática. Não é uma cidade central para os nossos movimentos, para o estado.

A escolha das rádios comunitárias também se deu dessa maneira. Não foi bem como planejamos, apesar dos esforços e tentativas. Lorena Carneiro explica que, entre 2020 e 2021, o BdF Bahia tentou estabelecer diálogo com rádios comunitárias em municípios estratégicos para os movimentos sociais próximos com a intermediação destes, no entanto, estas tratativas não avançaram. Somente em agosto de 2022, com o apoio do MST, foi possível estabelecer um contato direto com a coordenação baiana da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO). Foi realizado um acordo com a associação de um repasse financeiro simbólico para que quatro rádios¹² (Piritiba, Inhambupe, Anguera e Rui Barbosa) passassem a retransmitir o programa semanal. Posteriormente, a ABRAÇO nos informou que o programa foi ao ar, na verdade, em 16 rádios filiadas à associação. Essas rádios foram indicadas pela ABRAÇO e não necessariamente estão em municípios estratégicos.

3.1 Rádio Brasil de Fato, movimentos sociais do campo e campesinato: a contra hegemonia

¹⁰ Entrevista concedida a Alfredo Portugal em 26/11/22.

¹¹ O Projeto Nordeste, citado anteriormente, era gerido pelo MST.

¹² A quinta rádio, em Quixabeira, realizou um acordo direto com o BdF Bahia também em 2022, com a intermediação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A despeito das contradições e dificuldades que permeiam o processo de construção do Brasil de Fato na Bahia, e especificamente da rádio, o trabalho de produção de uma comunicação contra hegemônica e popular segue sendo feito, fruto dos esforços de comunicadoras e comunicadores militantes e do apoio de movimentos sociais e sindicais. Neste sentido, desde o programa #1, que foi ao ar em 17 de outubro de 2021, contamos com a presença de alguns movimentos sociais e sindicais no nosso Conselho Editorial, responsáveis por apontar pautas prioritárias a serem tratadas tanto pelo programa de rádio, quanto pelo site. Assim, no primeiro programa tratamos, entre outras pautas, sobre a fome, que então começava a crescer no país e mais especificamente no campo, e a violência contra as mulheres, com dados atualizados sobre a Bahia.

Nos programas seguintes, em 2021 e 2022, abordamos diversas pautas do campesinato e os conflitos no campo, entre outros temas relevantes, como pode ser visto na Tabela 01.

Tabela 01: Alguns temas abordados em 2021-2022

Tema	Assunto	Quadro	Fonte	Edição/Data
Aumento da fome como impacto da pandemia e descontinuidade de políticas públicas	Fome	Entrevista	Anderson Amaro (MPA)	#1 (17/10/21)
Bahia é segundo lugar no ranking nacional de violência contra mulher	Violência contra a mulher	Matéria	Letícia Ferreira (ONG Tamojunta)	#1 (17/10/21)
Matriz de produção energética do país e a relação com as contas de luz	Soberania energética	Entrevista	Gabrielle Sodré (MAB)	#2 (24/10/21)
Desinforma�o e agronegócio	Comunica�o / Soberania alimentar	Coluna (Outras vozes)	Alfredo Portugal	#3 (31/10/21)
Fim do Bolsa Família e consequências para a popula�o	Distribui�o de renda	Entrevista		#3 (31/10/21)
�ndice de mortalidade materna entre as mulheres negras	Racismo	Saúde e comunidade	Emanuelle Goes (ABRASCO)	#4 (07/11/21)
Avanço da minera�o na Bahia e impactos para popula�o do campo	Minera�o	Entrevista	Pablo Montalvão (MAM)	#5 (14/11/21)
Racismo ambiental, o que � e como ele está presente na Bahia	Racismo	Matéria	Obs. do Racismo Ambiental	#6 (21/11/21)
A chegada do 5G no Brasil, acessibilidade e povos periféricos	Comunica�o	Entrevista	Flávia Lefevere (Intervozes)	#7 (28/11/21)
Desinforma�o e criminaliza�o dos movimentos sociais	Comunica�o	Coluna (Outras vozes)	Alfredo Portugal	#7 (28/11/21)
Nova onda de Covid-19 e importância da vacina�o	Pandemia	Entrevista	Fernanda Grassi (Fiocruz)	#8 (05/12/21)

Tema	Assunto	Quadro	Fonte	Edição/Data
Impacto do uso de agrotóxicos na saúde de trabalhadores/as do campo	Agrotóxicos	Saúde e comunidade	Edivagno Rios (MPA)	#8 (05/12/21)
Criação do Auxílio Brasil, famílias excluídas e como buscar ajuda	Distribuição de renda	Entrevista	Shriley Samico (MMM)	#9 (12/12/21)
Ações de solidariedade dos movimentos sociais	Movimentos sociais	Matéria	Jairo Batista (Sindipetro); Denilva Araújo (MPA); Kleybisson Ferreira (MTD)	#9 (12/12/21)
Ausência de regularização dos territórios indígenas da Bahia	Indígenas	Matéria	Zé Augusto Sampaio (Uneb); Cacique Agnaldo Pataxó Hãhãhãe (Mupoiba); Juerama Machado (Anai)	#10 (19/12/21)
Chuvas no interior da Bahia são consequências de mudanças climáticas. Como ajudar	Meio ambiente	Matéria	Wellington Sousa, Mônica Santos e Normacy (morador); Mileide Aparecida (MTD); Camila Mudrek (MAM)	#13 (09/01/22)
Festejos do Dia de Reis na região de Juazeiro são resistência cultural no sertão	Cultura	Matéria	Eliete Leite (Reisado Curral Novo)	#13 (09/01/22)
Uso de ervas medicinais no cuidado da gripe e covid	Saúde	Saúde e comunidade	D. Mocinha (erveira)	#14 (16/01/22)
Aniversário de 26 anos do MPA no Brasil	Movimentos camponeses	Entrevista	Josineide Costa (MPA)	#15 (23/01/22)
O que foi a revolta dos Malês e qual sua importância histórica	Cultura	Entrevista	Erasto Felício (IFBA/Teia dos Povos)	#16 (30/01/22)
Realização dos festejos de Iemanjá durante a pandemia	Cultura	Matéria	Dijna Torres (antropóloga/mulher de terreiro)	#17 (06/02/22)
Primeira mulher indígena na Defensoria Pública da Bahia	Indígenas	Entrevista	Aléssia Tuxá	#18 (13/02/22)
Adoecimento mental da população negra	Racismo	Saúde e comunidade	Wafina Pita (UFRB)	#18 (13/02/22)
Reconhecimento e mapeamento de comunidades de fundo e fecho de pasto	Movimentos camponeses	Matéria	Gilca Oliveira (Geografar/UFBA)	#19 (20/02/22)
Combate à desinformação nas eleições de 2022	Comunicação	Entrevista	Ramênia Vieira (Intervozes)	#20 (27/02/22)
90 anos do voto feminino e participação feminina na política atual	Mulheres	Comentário	Maíra Kubik (NEIM/UFBA)	#20 (27/02/22)
Dia Internacional das Mulheres e feminismo negro	Mulheres	Entrevista	Valdecir Nascimento (Inst. Odara/ONU)	#21 (06/03/22)
Culturas alimentares e soberania alimentar	Soberania alimentar	Entrevista	Conceição Oliveira (Slow Food Brasil)	#22 (13/04/22)
Direito das mulheres negras serem mães e violência de Estado	Racismo	Matéria	Hildete Nogueira (inst. Odara);	#22 (13/04/22)
Mudanças no PAA e alta nos preços dos alimentos	Soberania alimentar	Entrevista	Silvio Porto (UFRB)	#23 (20/03/22)

Tema	Assunto	Quadro	Fonte	Edição/Data
Lançamento de álbum com toantes tradicionais do povo Tuxá	Cultura	Matéria	Vitor Tuxá	#23 (20/03/22)
Impacto das usinas de energia eólica nas comunidades de fundo e fecho de pasto da Bahia	Soberania energética	Matéria	Carolina Ribeiro (Geografar/UFBA); Tereza (moradora)	#24 (27/03/22)
O que são federações partidárias e como elas alteram as eleições de 2022	Eleições	Comentário	Cláudio André (Apub/UFBA)	#24 (27/03/22)
Violência contra acampamento do MST em Itaetê	Movimentos camponeses	Matéria	Abraão Brito (MST)	#25 (03/03/22)
Papel das histórias orais nas comunidades de candomblé	Cultura	Entrevista	Vovó Cici	#25 (03/03/22)
Participação política da juventude nas eleições de 2022	Eleições	Matéria	Ruan Pedro (UEE); Gabriel Santos (Mov. Consciência Negra)	#26 (10/04/22)
10 anos de cotas nas universidades públicas	Racismo	Entrevista	Dyane Brito (UFRB)	#26 (10/04/22)
Marcha do MST na Bahia	Movimentos camponeses	Matéria		#27 (17/04/22)
Como funciona a distribuição de verbas dentro dos partidos	Eleições	Comentário	Tereza Saccheti (NEIM/UFBA)	#28 (24/04/22)
Movimento Popular de Cidadania faz pesquisa sobre saneamento em Juazeiro	Movimentos/org anizações populares	Matéria	Aldenisse de Souza (Mov. Popular de Cidadania)	#28 (24/04/22)
Acampamento dos povos indígenas em Salvador	Indígenas	Matéria	Rutian Pataxó (Mupoiba)	#29 (01/05/22)
Impacto dos cortes de verbas da educação na produção científica	Educação	Entrevista	Olival Freire Jr. (UFBA)	#29 (01/05/22)
Bembé do Mercado, festa de candomblé nas ruas de Santo Amaro	Cultura	Matéria	Adilson Sena (candomblecista/morador); Zeza Maria (candomblecista)	#31 (15/05/22)
Professores indígenas recebem salário menor que outros professores do estado	Indígenas	Matéria	Verônica Pataxó (professora)	#32 (22/05/22)
Veto à Lei Aldir Blanc e impacto na produção cultural no interior	Cultura	Matéria	Aristanan Pinto (Cons. Estadual de Cultura); Ninha Almeida (atriz)	#33 (28/05/22)
Volta dos festejos de São João pós-pandemia	Cultura	Cultura em Foco	Salomão Oliveira (Cons. Estadual de Cultura)	#34 (05/06/22)
Preservação ambiental em uma perspectiva indígena	Indígenas	Entrevista	Olinda Yawar Tupinambá	#34 (05/06/22)
Tradição das festas de Santo Antônio pela Bahia	Cultura	Matéria		#35 (12/06/22)
Funcionamento das universidades federais após corte de verbas de custeio	Educação	Entrevista	Ana Lúcia Góes (Apub)	#35 (12/06/22)
Nova onda de covid-19 na Bahia	Saúde	Matéria	Claudia Brodskyn (Fiocruz)	#36 (19/06/22)
Impactos da fome na primeira infância	Soberania alimentar/Saúde	Entrevista	Edna Araújo (Abrasco)	#36 (19/06/22)
Como o racismo afeta a saúde da população negra na Bahia	Racismo	Saúde e comunidade	Diana Anuniação (Abrasco/UFRB)	#37 (26/06/22)

Tema	Assunto	Quadro	Fonte	Edição/Data
Retomada dos atos de 02 de Julho nas ruas	Movimentos/org anizações populares	Matéria		#38 (03/07/22)
Retomada dos territórios Pataxó no sul do estado	Indígenas	Matéria	Cacique Agnaldo Pataxó Hãhãhãe (Mupoiba)	#39 (10/07/22)
Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres	Mulheres	Entrevista	Jalusa Arruda (NEIM/UFBA)	#39 (10/07/22)
Agenda do Julho das Pretas na Bahia	Racismo	Boletim	Moviafro; Teia de Impacto; Mulheres Kizomba	#40 (17/07/22)
MPA doa 8 toneladas de alimentos	Movimentos camponeses	Boletim	MPA	#40 (17/07/22)
Racismo religioso nos terreiros da Bahia	Racismo	Matéria	Baba Loro de Oxoguian	#41 (24/07/22)
Dia Internacional da Mulher Negra e o Julho das Pretas	Mulheres	Entrevista	Joyce Lopes (Inst. Odara)	#41 (24/07/22)
Importância da amamentação e pressão da indústria alimentícia	Mulheres	Entrevista	Daiana Almeida	#42 (31/07/22)
Risco de extinção de frutas da caatinga e trabalho de resgate	Movimentos camponeses	Entrevista	Denise Cardoso (Coopercuc)	#43 (14/08/22)
Movimento estudantil universitário na Bahia	Educação	Entrevista	Larice Ribeiro (UEB)	#44 (21/08/22)
Desmonte das universidades federais nos últimos seis anos	Educação	Entrevista	João Carlos Salles (UFBA)	#45 (28/08/22)
35 anos do MST na Bahia	Movimentos camponeses	Matéria	Evanildo Costa (MST)	#46 (03/09/22)
Análise da pesquisa de intenção de voto na Bahia	Eleições	Matéria	Cláudio André (Apub/UFBA)	#46 (03/09/22)
As fake news nas eleições de 2022	Eleições/Comunicação	Entrevista	Viviane Tavares (Intervozes)	#46 (03/09/22)
Manifestações do Grito dos Excluídos voltam às ruas na Bahia	Movimentos/org anizações populares	Matéria	Sheila Souza (Levante Pop. da Juventude); Cristina Brito (CUT); Jardel Nascimento (Cáritas)	#47 (11/09/22)
Panorama da literatura indígena	Indígenas	Matéria	Trudruá Dorrico (indígena makuxi)	#47 (11/09/22)
Violência contra os povos indígenas na Bahia	Indígenas	Matéria	Cacique Agnaldo Pataxó Hãhãhãe (Mupoiba); Marta Mamédio (CIMI); Ricardo Pataxó	#48 (18/09/22)
Saúde mental e sucídio	Saúde	Entrevista	Avimar Ferreira Jr. (UFBA)	#48 (18/09/22)
Ocupação contra mineração em Licínio de Almeida	Movimentos camponeses	Boletim	MAM	#50 (02/10/22)
Análise do resultado das eleições	Eleições	Entrevista	Thays Carvalho (MBP)	#51 (09/10/22)
Baixa cobertura vacinal da pólio e possibilidade de retorno da doença na Bahia	Saúde	Matéria	Ceuci Nunes (PT)	#52 (16/10/22)
Fome na Bahia, que tem os menores índices do NE	Soberania alimentar	Matéria	Silvio Porto (UFRB); Cícero Félix (ASA)	#53 (23/10/22)
Análise de conjuntura para o segundo turno das eleições	Eleições	Entrevista	Benilda Brito (Fundo Malala)	#53 (23/10/22)

Tema	Assunto	Quadro	Fonte	Edição/Data
Levantamento Donos da Mídia na Bahia	Eleições/Comunicação	Matéria	Tâmara Terso (Intervezes)	#54 (30/10/22)
Saberes populares e o reconhecimento universitário	Educação	Entrevista	Joelson Ferreira (Teia dos Povos)	#54 (30/10/22)
Avanço dos conflitos no campo na Bahia	Movimentos camponeses	Matéria	Rose Conceição (CPT); Cacique Agnaldo Pataxó Hãhãhãe (Mupoiba); Eduardo Lira (Ass. Fundo e Fecho de Pasto)	#55 (06/11/22)
Produção cinematográfica na Bahia	Cultura	Entrevista	Ary Rosa; Glenda Nicácio	#55 (06/11/22)
Análise do resultado das eleições na Bahia	Eleições	Comentário	Cláudio André (Apub/UFBA)	#55 (06/11/22)
Análise do resultado das eleições para o campesinato	Eleições	Entrevista	Anderson Amaro (MPA)	#56 (13/11/22)
Ocupação em Licínio de Almeida completa 45 dias	Movimentos camponeses	Matéria	Venícios Montalvão (MAM); Juvenice Ferreira (moradora)	#56 (13/11/22)
Aniversário da República, democracia e escravidão	Movimentos/organizações populares	Entrevista	Luciana Brito (UFRB)	#57 (20/11/22)
Perspectivas do movimento negro para o novo governo federal	Eleições	Entrevista	Yuri Silva (CEN/eq. Transição)	#58 (27/11/22)
	Soberania alimentar	Matéria	André Santos (professor); Robledo Mendes (MPA/ÓAÊ)	#59 (04/12/22)
Desafios do futuro governo estadual segundo os movimentos sociais	Eleições	Matéria	Cacique Aruã (Mupoiba); André Santana (Inst. Mídia Étnica)	#59 (04/12/22)
Mobilização pelo fim da alienação parental no Brasil	Mulheres	Entrevista	Andreza Santana	#59 (04/12/22)
Enfrentamento aos despejos de ocupação por moradia	Movimentos/organizações populares	Entrevista	Pablo Bandeira (MTD)	#60 (11/12/22)

Fonte: Elaborada pelo autor, 2022.

3.1.1 Estrutura do programa: os quadros

O programa ia ao ar todos os domingos nas dezessete rádios aqui já apresentadas, uma delas comercial e as outras comunitárias. Com uma hora de duração, o programa tinha em sua estrutura, pelo menos, duas matérias jornalísticas, uma entrevista, dois quadros fixos, Saúde e Comunidade e Cozinha Baiana; os quadros de cultura, Deu a Ideia e Cultura em Foco, que não iam ao ar em todas as edições; e dois quadros que não foram permanentes, mas que foram executados em momentos estratégicos durante o período mais grave da pandemia e durante o período eleitoral: Outras Vozes e É Fake ou é Fato.

O primeiro para discutir comunicação, direitos humanos e desinformação e o segundo que se preocupou com a veracidade de informações circuladas nos grupos de WhatsApp e na internet durante o período eleitoral. Além desses, semanalmente era agregada à programação o Nordeste em 20 Minutos, um quadro produzido em Pernambuco com a colaboração dos estados do Nordeste, que cumpria o papel de trazer um panorama regional, e que era veiculado pelas rádios do sistema BdF na região.

Para entendermos a estrutura do programa, buscamos analisar mais detidamente cada um desses espaços acima citados a começar pelos quadros fixos, Saúde e Comunidade e Cozinha Baiana. No primeiro, tratamos da saúde popular, com temas como mortalidade materna a partir de uma perspectiva racial; os impactos da desinformação na baixa cobertura vacinal infantil; saúde mental da população negra e luta antimanicomial; implicações da fome no desenvolvimento infantil; ervas medicinais e outras formas de medicina popular.

Um exemplo do que foi esse quadro e da nossa abordagem enquanto projeto popular de comunicação e de jornalismo numa perspectiva contra hegemônica, é a discussão trazida no programa #4 sobre o índice de mortalidade materna durante aquele momento da pandemia de covid-19, que descortinou a desigualdade que marca a mortalidade de mulheres mães negras e brancas. Uma pesquisa feita pela ONG Criola, referente a 2020, apontava que o número de mortes de mulheres negras grávidas era 78% maior que o de mulheres brancas. Para analisar esse dado, buscamos Emanuelle Góes, do GT Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e doutora em Saúde.

Apontamos a partir daí para as questões das desigualdades no Brasil que impactam diretamente no dia a dia dessas mulheres. Em geral, a maior parte das gestantes negras está em regiões mais distantes dos centros, nas periferias da região Norte e Nordeste, segundo Emanuelle. Naquele momento, segundo ela, não havia nenhuma iniciativa para redução da mortalidade materna com um olhar de enfrentamento ao racismo. Ela reforçou que as mulheres negras morrem porque o racismo é estruturante e institucional e apontou para a necessidade de implementação de políticas públicas no enfrentamento ao racismo nos espaços de saúde e, em particular, na atenção obstétrica.

Outro recorte que podemos destacar no quadro Saúde e Comunidade foi ao ar no programa #8, quando tratamos dos impactos dos agrotóxicos na saúde de trabalhadores do campo. Nos contrapomos ao agronegócio enquanto modelo de tecnológico de agricultura para o campo e nos contrapomos ao uso de agrotóxico no cultivo de alimentos. Vale ressaltar que esse modelo era defendido pelo então presidente Bolsonaro e por seu

ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, aquele que ficou famoso pela expressão "passar a boiada". No programa #8, que foi ao ar dia 05 de dezembro de 2021, destacamos o Dia Internacional de Luta contra os Agrotóxicos, 03 de dezembro, data em que os movimentos sociais do campo alertam sobre os riscos do uso dos agrotóxicos na produção de alimentos.

Trouxemos o alerta que a Abrasco fez já no ano de 2012 para a comprovação de estudos que apontaram os graves danos provocados à saúde pelo uso dos biocidas a uma ampla parcela da população exposta a eles, como os trabalhadores e trabalhadoras das fábricas de agrotóxicos, da agricultura e da saúde pública, a população do entorno das fábricas e plantações, além dos consumidores dos alimentos contaminados. Para falar sobre isso, trouxemos o militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Bahia, Edvagno Rios, que aprofundou a questão ilustrando casos concretos e recorrentes de contaminação direta de camponeses e camponesas que sequer fazem uso de agrotóxico em seus espaços de plantio.

A participação de um militante camponês traz para o quadro uma realidade pouco vista nos meios de comunicação empresarial ou da mídia empresarial. Edvagno apontou casos reais e concretos nos municípios de Jacobina e Serrolândia, na Bahia. E ressaltou que as grandes empresas utilizam os meios de comunicação para desinformar a população sobre os verdadeiros riscos da utilização dos agrotóxicos à saúde das pessoas e do meio ambiente. Ele apontou ainda efeitos imediatos e agudos pelo contágio dos químicos que se espalham por toda a comunidade através do vento, como irritação na pele, nos olhos das pessoas, contágio do solo e das plantas e dos lençóis freáticos na natureza, ressaltando que, quando a pulverização é feita por avião, toda uma comunidade é afetada.

Quando apontamos essas questões num quadro sobre saúde, expressamos a luta de uma população por melhores condições de vida, propomos um conteúdo crítico e emancipatório que é característico de uma comunicação popular. A contra hegemonia se expressa aqui a partir das vozes pouco ouvidas nos espaços de comunicação empresarial, principalmente quando o tema abordado é a saúde, mas também no percurso que se estrutura na escolha das fontes e da linguagem que cozem o tear do texto. Além disso, trazer como fonte uma pessoa que não é especialista com formação acadêmica — nem médico, nem enfermeiro ou outra profissão correlata — demarca uma defesa de que a saúde é assunto que pode — e deve — ser discutido por todas as pessoas.

No quadro Cozinha Baiana, apresentamos diversas receitas da culinária baiana, seus contextos históricos e raízes culturais, com a generosa participação de diversas chefs de

todo o estado, como Angélica Moreira, Aline Chermoula, Solange Borges, Débora Martins, Jorge Washington, Ronaldo Assis, dentre outros. O Cozinha Baiana era o único quadro que não tinha a participação direta dos movimentos sociais no processo construção, no entanto, buscava evidenciar o caráter popular, cultural e histórico da alimentação. Um quadro leve e com uma narrativa importante acerca de culturas alimentares. Para entendermos melhor o que foi esse quadro, trazemos aqui a construção de dois deles. O primeiro com a chef Angélica Moreira, falecida alguns meses depois, que participou do programa #17, e o segundo com Thais Ferreira que esteve conosco no programa #38.

A chef Angélica Moreira, que esteve à frente do restaurante Ajeum da Diáspora, nos ensinou a fazer o arroz de hauçá, comida da diáspora africana muito comum em Salvador. Angélica foi pesquisadora da etnogastronomia da diáspora africana e autora do livro *Memórias da Cozinha Ancestral*. Ela nos contou que, além de realizar pesquisas sobre muitas receitas, costumava ouvir muito as mais velhas na hora de cozinhar. Para além da receita, trouxemos a perspectiva histórica do prato que está ligado à história das pessoas negras na Bahia. Os hauçás são uma etnia que habita até os dias de hoje a região da Nigéria, muitas pessoas desse grupo de negros islamizados foram trazidas escravizadas para o Brasil e para a Bahia. Os hauçás fizeram parte também da Revolta dos Malês, embora fossem de grupos islâmicos diferentes, estavam presentes no levante de escravizados malês que tomou as ruas de Salvador em 1835.

Angélica contou ainda que essa é uma receita que está presente em diversos livros históricos, citada, por exemplo, por Manoel Quirino em seus livros, e por Ana Maria Gonçalves, em *Um defeito de cor*. Um prato das mulheres ganhadeiras do século XIX, citado pela professora Cecília Soares no livro dela, ou seja, um prato cheio de histórias, memórias, axé e pertencimento. A chef e pesquisadora afirmou também que essa é uma comida que exemplifica bem diáspora de África, pois traz consigo memória, afeto e resistência. O que trazemos a partir dessas reflexões é a possibilidade de se pensar um quadro de receitas da culinária baiana sob uma perspectiva política de valorização da cultura dos povos e suas histórias reforçando o caráter educativo e evidenciando a máxima que se tornou comum nas lutas por soberania alimentar de que “comer é um ato político”.

Num outro momento, a partir do programa #38, o Cozinha Baiana iniciou uma série de receitas utilizando plantas alimentícias não convencionais (PANC), ou melhor, Plantas Alimentícias Tradicionais (PATs). Antes mesmo de trazer a receita sugerida para o quadro, a chef e professora Thais Ferreira abordou a diferença entre esses conceitos. Ela

explicou que o “não convencional” parte de um ponto de vista de alguém que diz que uma coisa é não convencional, em relação ao convencional e exemplifica: “Como direi para uma pessoa do interior da Bahia, do sertão, que andu é uma Planta Alimentícia não Convencional? Como direi para um morador do Pará que jambu é uma Planta Alimentícia não Convencional? ‘Apois’, como diria Riobaldo, ‘mire e veja...’, nos apoiando em termos novos para identificar coisas antigas poderia produzir silenciamento de entes que foram protagonistas de muitos pratos no passado e, também, poderia produzir silenciamento dos muitos especialistas tradicionais que preservam essas plantas em sua alimentação, todos os dias”.

Essa é uma discussão que traz à tona o silenciamento ou apagamento da cultura de um povo, uma característica presente na história da formação do Brasil que é refletida a partir da culinária. A receita que Thais nos ensinou foi o latipá ou amori, prato de origem afrodiaspórica, presente também no livro *A arte da culinária da Bahia*, de Manuel Querino.

Os outros dois quadros que trouxemos na programação da rádio, como disse anteriormente, foram Outras Vozes e É Fato ou é Fake. Ambos eram produzidos por este pesquisador no formato de coluna. Através deles, atentamos para as questões que envolvem a comunicação empresarial e hegemônica no Brasil e suas implicações. Num primeiro momento, já nos programas #1, #2 e #3, buscamos situar nossos ouvintes sobre o que são os meios de comunicação, quem eles representam, quem são seus donos, como se dá o processo de concessão de um meio de comunicação e sua regulamentação, o que implica a não regulamentação, a violência discursiva para com as minorias e a contribuição para seletividade penal, a falta de pluralidade e representatividade nesses espaços. Além disso, buscamos discutir a desinformação e as *fake news* e sua diferenciação.

Dessa maneira, no quadro Outras Vozes, no programa #1, por exemplo, trouxemos um olhar que buscou contextualizar esse debate olhando para nós, para nosso território, nosso estado. Apontamos que, quando olhamos para alguns estados aqui mesmo do Nordeste e para as famílias que detêm as concessões de rádios e televisões, vemos que, possivelmente são famílias que, desde que o Brasil é Brasil detêm muitas terras, muito dinheiro, são pessoas predominantemente brancas, na maioria dos casos estão associadas à política eleitoral daquele lugar, são comuns os casos em que aqueles que detêm concessões desses meios de comunicação foram ou apoiaram governadores, senadores, prefeitos, vereadores etc.

Nesse processo de comunicação popular e contra hegemônica achamos necessário fazermos essas associações e percursos históricos para ampliarmos nossas possibilidades de entendimento sobre os meios de comunicação. Para isso, algumas questões foram fundamentais e provocadoras: que classe social eles representam? Que culturas eles representam? Existe pluralidade de vozes, de culturas, de etnias dentro desses espaços? Assim, então, conseguimos evidenciar a relação entre os meios de comunicação e as relações sociais, econômicas, políticas etc. Isso nos possibilita entender, por exemplo, a discussão sobre racismo e meios de comunicação, desinformação, sobre a relação entre os meios de comunicação e soberania alimentar, sobre os meios de comunicação e política.

Foi a partir desse percurso que discutimos, através do quadro Outras Vozes, os meios de comunicação numa perspectiva que apontasse para caminhos que democratizem os meios, democratizem o acesso a esses meios, democratizem e pluralizem as culturas e as vozes nesses espaços. Essa é uma discussão pouco presente em outros espaços, e consideramos que, em um projeto de jornalismo popular que é o Brasil de Fato, construído pelo povo, pelos movimentos sociais e pelos sindicatos, é fundamental e estratégico tal debate.

Já no programa #3, o quadro buscou uma relação mais direta entre a comunicação e as pautas do campo e apresentou esse debate a partir da relação com a soberania alimentar, esta que é uma luta estratégica para os movimentos camponeses juntamente com a reforma agrária e o acesso à terra. O que apontamos na discussão foi a desinformação que sempre esteve presente no discurso do agronegócio enquanto estratégia de disputa da ideia de alimento, bem como apontamos para como as grandes empresas do agronegócio dominam também os meios de comunicação no país, numa relação promíscua e desleal. Dessa relação, apontamos o processo de criminalização dos meios de comunicação empresariais aos que apresentam discurso contrário na sociedade, como é o caso dos movimentos sociais do campo.

Reforçamos esse debate com alguns dados da pesquisa realizada em 2019 pelo Intervozes e Repórter Sem Fronteiras, para o Media Ownership Monitor (MOM), intitulada *Quem controla a mídia na América Latina?*, que mostra, entre outras coisas, como estão distribuídos os meios de comunicação no Brasil e em outros países da América Latina. O estudo, além de apontar para a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos, porém grandes grupos, mostra a relação entre esses grupos de comunicação e o agronegócio. Destacamos também o caso que nos chama mais

atenção que é o do grupo Globo, que aparece no estudo como aquele que concentra a maior parte dos veículos de maior audiência no país — ao todo nove deles — e que possui estreita relação com o agronegócio.

Durante o período eleitoral, pela urgência do tema, criamos o quadro *É Fato ou é Fake* para tratarmos exclusivamente das notícias falsas com alta circulação sobre candidatos e candidatas. O debate sobre *fake news* e desinformação ganhou uma notoriedade incomum nos últimos anos e, como já vimos, foi a principal estratégia da extrema-direita no país durante as eleições de 2018 e que, novamente, se apresentou com força capaz de mais uma vez influenciar no resultado das eleições de 2022. Para nós era fundamental falarmos sobre o material que estava sendo massivamente distribuído nos grupos de WhatsApp e trazermos para o programa uma análise que apontasse a distorção presente nessas narrativas. Ou seja, uma contribuição mais direta no combate ao avanço do discurso da extrema-direita recheado de *fake news*.

Para exemplificar esse quadro, apresentamos dois casos analisados que foram ao ar no programa #52. Na Bahia, apontamos o caso do candidato a governador do estado ACM Neto (União Brasil), que distribuía material de campanha associando-o, ao mesmo tempo, aos então candidatos à presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL). A estratégia tinha o objetivo de confundir o eleitor, ao afirmar que ACM Neto estaria apoiando a candidatura de ambos. Esclarecemos essa história para nossos ouvintes e apontamos que o próprio ACM Neto já havia falado em entrevistas que apoiava Jair Bolsonaro e que o partido União Brasil fazia parte da mesma coligação do PL de Bolsonaro; já Lula e o candidato a governador Jerônimo Rodrigues fazem parte do mesmo partido, o PT. Ou seja, na Bahia, Lula apoiou a candidatura de Jerônimo, e não de ACM Neto.

Uma outra *fake news* que analisamos no mesmo programa e que já circulava nos grupos bolsonaristas há bastante tempo era a de que, caso eleito, Lula fecharia igrejas evangélicas. Primeiro apontamos que nós não encontramos nenhuma menção a isso no programa de governo apresentado pelo candidato e, num segundo momento, lembramos que foi o presidente Lula quem sancionou uma lei em 2003 que determinou a livre criação e organização das igrejas e isso facilitou a formalização dos espaços de culto para qualquer religião. Por fim, analisamos a carta lançada por Lula durante a campanha que reafirmava seu compromisso com a liberdade religiosa.

3.1.2 Estrutura do programa: matérias e entrevistas

Para o tempo restante do programa, a definição dos temas das entrevistas e matérias era feita nas reuniões de pauta que ocorriam semanalmente, geralmente às quintas-feiras, às 14h, após o fechamento do programa da semana. O outro momento em que ocorria a definição desses temas eram as reuniões do Conselho Político Editorial, que ocorrem a cada dois meses. Nosso conselho é composto pelo Movimento Brasil Popular (MBP), Levante Popular da Juventude, Movimento de Trabalhadores por Direitos (MTD); pelos movimentos sociais do campo organizados na Via Campesina, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM); e pelos Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-BA), Sindicato dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (Apub) e Sindicato dos Trabalhadores em Água e Saneamento Ambiental (Sindae).

Essas reuniões são momentos de discussão, de proposição de pauta e de proposição organizacional do projeto Brasil de Fato Bahia. Para além desse espaço, comunidades campesinas e da capital, organizações, associações e cooperativas que não estão presentes no Conselho também participam dessa construção sempre sugerindo temas, fazendo denúncias, informes em contato direto com as jornalistas que estão no BdF Bahia. Esses contatos para construção de matérias, inclusive, fizeram com que outras organizações fossem convidadas para compor o Conselho Editorial, a exemplo da Articulação do Semi-Árido (ASA) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Desta forma, se traçarmos um perfil das fontes ouvidas nas entrevistas e matérias — mas também nos quadros — veremos uma grande presença dos movimentos acima citados e também movimentos indígenas e movimento negro; mulheres e homens negros como maioria das fontes, falando não somente de racismo ou temas correlatos; igualmente a presença de pessoas indígenas tratando de pautas positivas e negativas sobre esse grupo; representantes de comunidades que normalmente não estão presentes nos meios de comunicação.

Como pode ser visto na Tabela 01, os temas abordados foram variados, uma tentativa de dar conta da complexidade e diversidade do estado da Bahia. Muitos dos conflitos do campo que ocorreram no interior do estado foram denunciados, apurados e evidenciados em nosso programa de rádio, muitas questões que são caras às comunidades campesinas e pouco aprofundadas e tratadas na mídia empresarial e hegemônica foram

pautadas semanalmente, dentre elas, vale destacar a questão da fome, da luta pela terra, dos recursos hídricos, do racismo ambiental, equiparação salarial dos professores indígenas, direito à comunicação, soberania alimentar e outras. É preciso ressaltar ainda que, até por se tratar de um programa que ia ao ar aos domingos, havia uma tentativa de produzir um programa leve, que mesclasse essas pautas mais duras com temáticas mais suaves, sem, no entanto, deixar de trazer abordagens ricas e complexas sobre assuntos importantes, principalmente para a população do campo, nossa principal audiência. Assim, dentre os temas abordados ao longo desses 63 programas, trouxemos também pautas de literatura negra, indígena e periférica; produção cinematográfica e musical na Bahia; as manifestações de cultura e religiosidade popular do campo e da cidade, como as Festas de Reis, do 02 de Fevereiro, do Bembé do Mercado e romaria de Canudos. Aqui, precisamos marcar que houve sempre uma tentativa de abordar religiosidade sempre de um viés popular e não proselitista. A seguir, analisaremos mais detidamente algumas dessas matérias e entrevistas.

Em outubro de 2021, o governo Bolsonaro anunciava mais um aumento na tarifa de energia e tentava justificá-lo por uma crise hídrica e por possíveis secas inesperadas para aquele ano. Diante disso, buscamos entender quais os reais fatores daquele aumento para levarmos aos ouvintes da rádio uma análise conjuntural da situação hídrica no país e na Bahia que detalhasse as questões e interesses que envolviam o aumento e o que estava por trás do discurso do presidente. Para tanto, entrevistamos Gabriele Sodré, militante e membra da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A entrevista possibilitou apresentarmos mais argumentos ao nosso ouvinte para além da justificativa da seca. Em uma linguagem clara e acessível, foi possível falar sobre matriz energética do país e as políticas públicas que a cercam, evidenciando a importância de toda a população se apropriar desse debate, uma vez que influencia diretamente a vida de todos. Apontamos para a importância de se entender que não era um aumento único e específico e, mesmo antes daquele período de seca na região sudeste, o povo brasileiro já pagava a segunda tarifa mais cara do mundo, atrás apenas da Alemanha, segundo a Agência Internacional de Energia. Apesar da seca, os dados apresentados pelo MAB demonstravam que, nos últimos 20 anos, 2020 foi o 5º melhor ano em volume de água nos reservatórios.

Além disso, Gabriele apontou que o Brasil produz uma das energias mais baratas do mundo, evidenciando que não há um problema de matriz, mas sim de modelo. Ela trouxe mais dados e evidências que apontavam para o público que o aumento nas contas

de luz não se tratava meramente de uma consequência da seca, mas sim de um modelo adotado que prioriza o lucro dos acionistas e empresários em detrimento de atender a um direito básico de toda a população, qual seja, o acesso à energia elétrica a um custo compatível com a renda dos trabalhadores e trabalhadoras. Nosso objetivo, com esta entrevista, foi trazer elementos para complexificar esse debate entre a população, apontar outros caminhos de análise deste problema e outros vieses de compreensão.

Destacamos também a importância de trazer uma mulher para realizar esse debate. Normalmente, seja na mídia hegemônica ou mesmo nos espaços de discussão de viés popular, o tema da matriz energética é quase sempre debatido só por homens. Portanto, não foi aleatória a escolha de uma mulher, com apropriação do tema, para responder a essa entrevista. A intenção era mesmo demarcar a existência de mulheres mesmo nos campos de estudos tidos como masculinos. Essa preocupação também esteve presente em outros momentos, em pautas ligadas, por exemplo, à economia, política etc.

Por fim, é preciso dizer do caráter pedagógico da abordagem de temas como esse a partir de uma leitura dos movimentos populares, com uma linguagem acessível e a partir de uma voz feminina. Esse é um tema que costuma ser tratado na mídia hegemônica por “especialistas”, normalmente ligados a centros de pesquisa e/ou universidades, homens, brancos, urbanos. Trazer uma conversa com uma mulher não-branca, representante de um movimento social do campo, para nós, é demarcar que este é um tema que pode, e deve, ser apropriado por outras parcelas da sociedade.

O que chamamos atenção aqui também, nesse sentido, é para a necessidade de um fazer comunicação popular de maneira plural. A pluralidade dentro desse processo é uma busca constante. Tem a ver com como se pensar uma comunicação capaz de dar conta de variadas etnias, variadas regionalizações, territorializações, com as variadas formas verbais, linguísticas, em um país tão diverso, miscigenado e de grande extensão geográfica. Tem a ver com como dar conta da heterogeneidade dentro da comunicação, principalmente a de caráter popular.

No programa #6 tivemos a oportunidade de apresentar um debate sobre o racismo ambiental e o impacto na vida da população negra em Salvador. O racismo ambiental ainda é um termo pouco popular e pouco discutido nos meios de comunicação empresariais. Este é um tema diretamente ligado à especulação imobiliária, ao agronegócio, à mineração, à invasão de terras e à expropriação de terras indígenas, quilombolas, de povos tradicionais apontadas também em outras matérias trazidas em nosso programa. Na matéria do programa #6 discutimos o racismo ambiental a partir do

caso da Península do Igarapé, uma área que abrange 14 bairros de Salvador, onde moram cerca de 170 mil pessoas, sendo a maioria mulheres negras.

Com o foco na violação de direitos da população negra, denunciemos um número insuficiente de Unidades Básicas de Saúde, além de baixa cobertura de equipes de saúde da família, levando em conta o número de moradores/as da região. Além disso, apontamos, a partir de estudos produzidos no Brasil, para a relação de como uma outra forma de racismo, o racismo institucional, é determinante e produtor de desigualdade nas comunidades, terras e territórios da população negra e dos povos indígenas. Para essa matéria, contamos com a colaboração do Observatório do Racismo Ambiental, uma iniciativa do Centro de Arte e Meio Ambiente e da Rede Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI), que foi determinante na propriedade discursiva do tema.

Vale destacar que o Observatório do Racismo Ambiental é um espaço virtual de monitoramento de políticas públicas que tem por objetivo fazer o mapeamento territorial e comunitário dos impactos do racismo ambiental sobre a vida da população negra onde quer que a violação de direitos aconteça. E, naquele momento, estava focado na sistematização dos dados levantados na Península de Itapagipe, local onde surgiu a palafita dos Alagados, considerada a maior do Brasil e das Américas. O que nos levou à matéria foi o lançamento do Observatório que se dava naquele instante e que, apesar da importância, foi invisibilizado pela mídia empresarial.

No programa #19 pudemos discutir os desafios enfrentados pelas comunidades de fundo e fecho de pasto para garantir seus territórios. A matéria tinha como objetivo a discussão em torno do Projeto de Lei 22.018/2016 que alterava a Lei 12.910/2013, que estabelece a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos e por fundos e fechos de pastos. O novo PL retiraria da lei vigente o prazo para as associações protocolarem os pedidos de certificação, reconhecimento e regularização fundiária nos órgãos competentes, ou seja, o PL tinha como objetivo retirar o marco temporal que fora estabelecido na lei anterior.

Essa foi uma matéria que nos possibilitou fazer uma discussão explicativa e informativa para os ouvintes da rádio sobre a dificuldade da regularização das terras dessas comunidades que ocupam, muitas delas, seus territórios há mais de duzentos anos e que, mesmo assim, não têm segurança quanto a posse dessas terras. Para falar sobre o assunto, convidamos a professora Gilca Garcia do grupo de pesquisa Geografar, ligado

ao departamento de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). À época, o Geógrafo acabara de publicar um extenso estudo de caracterização o perfil dessas comunidades e de identificação dos conflitos por elas vividos, evidenciando que estes têm se intensificado e se tornado mais duradouros, centrados, principalmente, nas empresas de energia eólica e solar e com as mineradoras.

Dentre as contradições do fazer comunicação popular, aqui mais especificamente de fazer jornalismo popular, está confrontar a comunicação empresarial utilizando-se das estratégias e do modo de fazer hegemônico. Vestir-se das estruturas pensadas e elaboradas por grandes empresas de comunicação que representam o capital para, justamente, se contrapor a esta estrutura. Para nós é uma posição caríssima de se entender dentro desse processo, se reconhecer dentro dele e ao mesmo tempo pensar estratégias de superá-lo.

Na matéria acima, por exemplo, tínhamos o desejo de ir a algumas dessas comunidades, ouvir famílias que são parte dessa história, mas acabamos esbarrando nos custos e no tempo que se demanda uma produção dessas. Contudo, buscamos trabalhar a matéria de maneira a não deixar de expressar a luta popular por melhores condições de vida. Mesmo que a gente sinta falta de ouvir as vozes da comunidade que trariam as experiências de quem vive nesses locais, buscamos abordar o texto de forma que não deixássemos de cumprir nosso papel crítico e emancipador. É preciso ainda ressaltar que essas são comunidades com grande dificuldade de acesso à comunicação. Embora tenhamos tentado por vários meios e através de várias pessoas estabelecer contato com as lideranças comunitárias, só foi possível fazê-lo mais de um ano depois na produção de uma outra matéria, que tratava sobre conflitos no campo.

Uma outra matéria produzida para o programa #25 denunciava mais um caso de violência no campo, sofrido por integrantes do MST acampados na fazenda Dois Rios no município de Itaetê na região da Chapada Diamantina. O acampamento havia sido atacado, durante a madrugada, por homens armados que atiraram contra as pessoas e espancaram uma liderança do grupo. A fazenda improdutiva havia sido recém-ocupada pelo grupo e vinha sofrendo ameaças de pistoleiros ligados aos fazendeiros. Como já colocamos outras vezes, a questão agrária é recorrente em nosso programa. O que queremos destacar nessa matéria é a importância de uma teia fortalecida na construção da comunicação popular. O MST compõe o conselho editorial do Brasil de Fato aqui na Bahia, possui um diálogo próximo e rotineiro com o jornal e por conseguinte é parte da construção do BdF aqui na Bahia.

Neste caso, também é preciso dar destaque ao papel da rádio Brasil de Fato na contraposição da linguagem e do discurso da mídia hegemônica. Enquanto a mídia empresarial criminaliza os movimentos camponeses, o nosso papel é o de fortalecer as lutas populares, comunicar as demandas do povo, das comunidades camponesas organizadas ou não em movimentos sociais, associações, cooperativas, sindicatos. A comunicação e o jornalismo popular têm esse compromisso com as demandas do povo. Mais adiante, quando trouxermos a matéria dos donos da mídia, veremos como em muitos casos os meios de comunicação empresariais estão intimamente relacionados ao agronegócio.

A construção do Brasil de Fato aqui na Bahia, como trouxemos em outros momentos, se dá a partir dessa relação com os movimentos sociais se é que podemos dissociar uma coisa da outra. Como já apontamos, os movimentos sociais participam do processo de construção do Brasil de Fato e apresentam suas demandas e pautas nas reuniões de conselho, mas também no dia a dia. A construção dessa matéria que foi ao ar no programa #25 é um exemplo disso.

No programa #32, a matéria que tratou sobre a diferença salarial entre os professores indígenas e não indígenas dentro da rede estadual de ensino na Bahia trouxe uma outra dimensão da construção da Rádio Brasil de Fato. Uma delas foi também a dificuldade de acesso às fontes, evidenciando um empecilho que encontramos em outras comunidades: o acesso aos meios de comunicação, principalmente à internet. Outro destaque que apontamos no processo de construir a comunicação e o jornalismo popular é lidar com essa relação com os governos de esquerda. Mesmo em governos com os quais nos identificamos em muitas pautas, mantemos uma relação crítica em que temos o povo como protagonista principal.

Nesta matéria, destacamos a crítica dos professores e professoras indígenas aos salários praticados pelo governo estadual, à época tendo Rui Costa (PT) como governador e Jerônimo Rodrigues¹³ como secretário de Educação. A matéria apontava o fato discriminatório de um professor indígena, aprovado em concurso público, ter uma remuneração inferior aos demais professores da mesma rede pública de ensino. A visibilidade dessa questão contribuiu para abertura de diálogo entre os professores e a Secretaria de Educação do estado.

¹³ Nas eleições de 2022, Jerônimo foi eleito sucessor de Rui Costa, tornando-se o primeiro governador da Bahia autoidentificado afro-indígena.

Por fim, vale ressaltar que a relação com as organizações indígenas no Brasil de Fato Bahia se deu a partir da criação do programa de rádio e do processo de expansão do nosso alcance. O Movimento Unido dos Povos Indígenas da Bahia (Mupoiba), a Federação dos Povos Pataxó e Tupinambá (Finpat), o Conselho Indígena Missionário (Cimi), a Associação Nacional Indigenista (Anai) e a Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) são organizações que passamos a dialogar frequentemente, inclusive aspirando convidá-las a compor o conselho editorial do BdF.

O programa #54 foi ao ar no dia da votação do segundo turno das eleições de 2022. A extrema-direita trabalhava fortemente pela reeleição do então presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) utilizando da mesma estratégia da eleição anterior, de 2018. A disseminação de notícias falsas e a propagação de desinformação circulavam fortemente nos grupos de WhatsApp. Abrimos esse programa com uma reportagem sobre a relação dos candidatos a governo da Bahia com os meios de comunicação hegemônicos do estado.

A matéria destacou a chapa do então candidato ACM Neto (União Brasil) e sua vice, Ana Coelho (Republicanos), donos de duas das principais empresas de comunicação no estado, a Rede Bahia e a TV Aratu. Além deles, a matéria também apontou deputados eleitos donos de mídia, que se beneficiam desse privilégio durante o período eleitoral. A matéria lembrava ainda que o pai de Ana Coelho, Sílvio Roberto Coelho, empresário ligado ao agronegócio e um dos sócios da TV, já fez parte da lista suja do trabalho escravo no Brasil em 2011.

Ressaltamos ainda o fato de discutirmos essa questão em nosso programa veiculado nas rádios comunitárias no interior do estado. Esse é um debate que costumamos ver em espaços urbanos, e levar essa discussão para esses espaços significou apresentar essa ligação entre os meios de comunicação, controle, poder e desinformação a partir do uso dos meios de comunicação para fins eleitoreiros. O que evidencia a importância da luta por meios de comunicação democrático e pela regulação da mídia no país. O controle da mídia perpassa a luta por acesso a terra, por soberania alimentar e demais questões e tensões já trazidas aqui.

Outra importante matéria que reuniu muitos dos elementos já aqui analisados, reforçou nosso caráter popular, nossa construção junto com os movimentos sociais, nosso caráter contra hegemônico, que possibilitou reunir além de dados, várias fontes de movimentos diferentes e representantes de comunidades campesinas, foi a matéria que foi ao ar no programa #55, construída a partir do relatório dos conflitos no campo, realizado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Essa matéria demandou uma articulação com os movimentos camponeses, a exemplo do MST, MPA, MAB e MAM, além de uma análise profunda sobre as causas e consequência da situação de violência no campo. A partir dos dados coletados pela CPT, apresentamos um amplo panorama de violências pelos povos do campo no ano de 2022: poluição de águas, expropriação, assassinato de pessoas indígenas e lideranças camponesas, que decorrem do avanço do agronegócio, da mineração e de outros grandes empreendimentos no estado. Evidentemente, não encontramos nenhuma matéria nos veículos empresariais que abordasse o relatório e o fizesse de forma aprofundada e complexa.

Essa é uma matéria e também materialização e expressão do que foi a rádio Brasil de Fato ao longo dos 63 programas, com o compromisso de dar conta da diversidade camponesa, de povos, de pautas, de demandas. Construir comunicação popular em conjunto com as comunidades, a exemplo das comunidades de fundo e fecho de pasto, indígenas, comunidades quilombolas, comunidades periféricas urbanas e, ao mesmo tempo, pensar caminhos que apontem para a superação das estruturas postas, superação das dificuldades desse fazer comunicação e jornalismo popular.

Por fim, ressaltamos que, para além das contradições e dificuldades, o Brasil de Fato Bahia tem conseguido realizar um importante trabalho de expansão territorial da produção comunicativa contra hegemônica e popular através da rádio, alcançando não só um público ouvinte do campo, como também abrindo espaço para as vozes e pautas do campesinato baiano, realizando além disso um intercâmbio de experiências e questões entre comunidades rurais e urbanas, ocupando espaços territoriais onde o maior volume de informação que se tem chega através da mídia empresarial.

Neste processo, é preciso destacar a relevância de manter uma grande diversidade de fontes ouvidas na construção dessas matérias. Isto porque, entendemos que construir um jornalismo popular perpassa por ecoar vozes que não estão presentes na mídia hegemônica. Assim, tivemos uma presença marcante de muitas mulheres negras tratando sobre assuntos diversos, não apenas relacionados à raça, bem como a presença semanal de movimentos sociais e populares, especialistas que não estão ligados aos centros urbanos etc.

Dentre tantas pessoas, destacamos alguns nomes por sua representatividade: João Pedro Stédile, MST; Joelson Ferreira, Teia dos Povos; Anderson Amaro, MPA; Cacique Agnaldo Pataxó Hãhãhãe, Mupoiba; Cícero Félix, ASA; Dinaman Tuxá, Apib; Ramênia Vieira, Flávia Lefevere e Viviane Tavares, Intervezes; Ana Lúcia Góes e Cláudio André,

Apub; Maria Conceição Oliveira, Slow Food Brasil; João Carlos Salles e Paulo Miguez, ex e atual reitor da UFBA; Fábio Josué dos Santos, reitor da UFRB; Dyane Brito, CAHL/UFRB; Valdecir Nascimento e Joyce Souza Lopes, Instituto Odara; Benilda Brito, Fundo Malala; Yuri Silva, CEN e equipe de transição de Luiz Inácio Lula da Silva; Gabriele Sodré, MAB; Pablo Bandeira, MTD; Pablo Montalvão, MAM; Roseilda Conceição e Maria Aparecida, CPT; Radiovaldo Costa, Sindipetro; Trudruá Dorrico, indígena makuxi, referência em literatura indígena; Bárbara Carine, Escola Maria Felipa e UFBA; Ebomi Cici, mestra griô e em herbolaria; Olinda Yawar Tupinambá, artista e ativista indígena; Andreza Santana, advogada e ativista.

CONCLUSÃO

Não é fácil construir um projeto de jornalismo popular numa sociedade fortemente marcada pelas desigualdades sociais, ainda mais sendo necessário se utilizar do modo de produção hegemônico de jornalismo. Fazer isso, a partir de um projeto de rádio, em uma construção contra hegemônica, de enfrentamento à estrutura hegemônica, junto com os movimentos sociais camponeses é um desafio ainda maior. Nesses poucos mais de cinco anos, o projeto do Brasil de Fato Bahia esteve à beira do encerramento algumas vezes, principalmente pela dificuldade em estabelecer articulações para que o projeto se sustente financeiramente, se consolide e, ao mesmo tempo, garanta à militância uma remuneração justa.

É também desafiador propor essa discussão dentro de um Programa de Formação de Professores em Educação do Campo, de um Mestrado profissional em Educação do Campo que possui três linhas de pesquisas definidas em *Formação de professores e o Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo; Agroecologia, Trabalho, Movimentos Sociais do Campo e Educação; Cultura, Raça, Gênero e Educação do Campo*. Nossa proposta caminha pela linha dois, pelo percurso dos movimentos sociais do campo e educação, entendendo os movimentos sociais como espaços educativos e as experiências comunicativas populares desses movimentos como experiências contra hegemônicas de comunicação. E é nessa encruzilhada que nascem os programas de rádio produzidos pelo Brasil de Fato Bahia e aqui analisados.

Portanto, para além da produção e construção desses programas, é preciso também, dentro do Mestrado em Educação do Campo da UFRB demarcar o lugar e a importância estratégica de elaborar e acumular conhecimento nesse campo de discussão que dentro do programa ainda foi pouco abordado. Durante as pesquisas deste trabalho, encontrei na plataforma do programa apenas um trabalho de conclusão de curso que aborda a comunicação popular, mas por um outro viés, que não o da comunicação popular para o campo.

Acreditamos que a rádio Brasil de Fato Bahia cumpre esse papel de apresentar uma possibilidade de construção de jornalismo popular com o campo e para o campo. Uma comunicação contra hegemônica e de contraposição aos avanços da violência no campo, às expropriações, às ofensivas do agronegócio, das mineradoras e outros. Ressaltamos que estão presentes no Conselho Político Editorial do BdF movimentos

sociais do campo, sindicatos e outras organizações, a exemplo do MST, MAB, MPA, MAM, MBP, Levante da Juventude, Sindipetro, Apub, ASA, MOC.

Tal Conselho é o espaço que nos estrutura, organiza nossas demandas, nossas pautas, organiza nossa linguagem e nossa comunicação. Quando propomos esse método, buscamos a horizontalidade, o exercício democrático, a pluralidade como forma organizativa que expresse nosso caráter educativo, comunicativo e popular. Quando propomos que se veicule os programas em rádios comunitárias, buscamos esse mesmo princípio e mais ainda: buscamos fortalecer também esses espaços comunicativos importantes dentro de uma comunidade que, assim como nós, no campo popular da comunicação, apresenta suas contradições e suas dificuldades.

Assim se cria uma rede, uma teia que, a cada programa produzido, vai aumentando. Podemos, portanto, elencar aqui alguns outros movimentos que contribuem direta e indiretamente nessa construção como os movimentos indígenas, comunidades pesqueiras, movimento negro, por exemplo, que mesmo não estando presentes no Conselho Político Editorial, participam ativamente da produção do nosso jornalismo. Essa rede se fortalece também com as representações comunitárias não organizadas em movimentos sociais, mas que entendem o Brasil de Fato nessa função de enfrentamento e contra hegemonia. Ao todo, produzimos 64 programas semanais de uma hora que movimentaram esforço de várias comunidades, movimentos sociais do campo e sindicatos, como já falamos.

A rádio Brasil de Fato é uma proposta organizativa, educativa, de comunicação e jornalismo popular. A par de toda a estrutura organizativa e operativa aqui abordada, é possível nos reconhecermos em princípios freirianos, nas conceituações que determinam a comunicação popular e a educação popular, como abordamos no segundo capítulo deste trabalho. Nos reconhecemos também no caráter educativo dos movimentos sociais e, por fim, na posição contra hegemônica de enfrentamento ao discurso da mídia empresarial, da comunicação comercial, dos monopólios hegemônicos de comunicação.

Por assim ser, não podemos deixar de lembrar o caráter educativo que a rádio desempenhou no enfrentamento à desinformação durante esse tempo, buscamos desconstruir as informações falsas disseminadas por grupos da extrema-direita, desde às relacionadas às vacinas e ao combate a Covid-19 àquelas que foram massivamente veiculadas durante o processo eleitoral de 2022. Portanto, é preciso destacar também esse importante papel que a rádio Brasil de Fato desempenhou nesse período. Um olhar atento para a tabela no capítulo III é possível observar essas e outras tensões por nós trabalhadas.

Destacamos também que fazemos parte de um sistema de comunicação nacional que existe há 20 anos. Fazer parte da experiência aqui na Bahia que existe há 5 anos, construir um programa de rádio que existiu durante quase dois anos – e voltará ao ar a partir de abril de 2023 –, é incidir ativamente no processo de interiorização do projeto, na expansão de alcance, de entrelaçamento, de alargamento da rede, da teia como dissemos há pouco. Foi e tem sido sem dúvida um desafio muito grande que por conseguinte tem possibilitado a ampliação do caráter popular do sistema Brasil de Fato, outras vozes, outras comunidades camponesas se inserem no processo e participam na construção.

Contudo, fazer um projeto como esse tem suas dificuldades e contradições que também precisamos destacar aqui, a maior delas a sustentação financeira que tem a ver diretamente com o caráter contraditório de fazer jornalismo popular em formato, ritmo e tempo comum à mídia hegemônica. Tem a ver também com estarmos na internet com as demandas das atividades de jornalismo que tornam o processo oneroso.

Entendemos também que toda essa discussão não se encerra aqui e que ela corrobora, ou traz elementos, para futuras discussões. Para nós, o que foi apontado ao longo deste trabalho, sobre a importância da Rádio Brasil de Fato Bahia na construção de um processo de jornalismo popular, mas também em um processo de educação popular, com a imprescindível participação de movimentos populares e outras organizações do campo e da cidade; tudo isso que foi aqui apontado é forte justificativa para que a produção dos programas de rádio possa ser retomada ainda em abril de 2023. No momento em que encerramos esta pesquisa, há um imenso esforço da coordenação do projeto na Bahia, dos movimentos e organizações populares envolvidas e do Conselho Político Editorial para que haja financiamento que garanta a produção dos programas e veiculação em um número ainda maior de rádios comunitárias do estado.

Entendemos que o enfrentamento ao discurso hegemônico, ecoado pela mídia empresarial, é essencial na batalha dos movimentos e organizações populares para a construção de um outro mundo possível. E, nesse sentido, o Brasil de Fato Bahia e os programas de rádio nós produzidos são ferramentas importantes nesta construção nos territórios baianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. 1ª ed. E-book. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2017. DANTAS, Marcos. O capital é a rede: 25 teses sobre meios de comunicação e capitalismo. **Projeto Brasil Popular**, GT de Sistema de Comunicação. pp. 52-64. 2019.

CHOMSKY, Noam. **Mídia, propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FARIA, Camila Bonassa. **No ar e na rede**: o uso da internet nas práticas radiofônicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 167 f. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2021.

FONTES, Virgínia. Intelectuais e mídia – quem dita a pauta? In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Conscientização**. Teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A importância do ato de ler**: três artigos que se completam. 51 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4ª ed., São Paulo, Loyola, 2004.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011, p. 333-361. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

GOMES, Pedro Gilberto. **O jornalismo alternativo no projeto popular**. São Paulo: Paulinas, 1990.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUIDANI, Joel Felipe. **Políticas comunicacionais e a prática radiofônica na sociedade em midiatização**: Um estudo sobre os documentos de comunicação do Movimento Sem Terra (MST) e a Rádio Terra Livre FM. 157 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2010.

GUIDANI, Joel Felipe; ENGELMANN, Solange I. A comunicação popular e alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: história e contexto de uma luta contra-hegemônica (MST). **Revista Brasileira de História da Mídia**, vol. 1, n. 1, jan./jun. 2012, pp. 61-70. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/rbhm/ed01/artigos/06.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. Territórios livres, tecnologias livres. 2021. Disponível em: <<http://territorioslivres.online/>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

KAPLÚN, Mario. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e cultura**: as ideias de Paulo Freire. 2. ed., Brasília: UnB, 2011.

_____. **Cultura do silêncio e democracia no Brasil**: ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015). Brasília: Editora UnB, 2015.

MELO ALMEIDA, Denise Mesquita de. Entre ações coletivas e subjetividade: o caráter educativo dos movimentos sociais. **EccoS Revista Científica**, vol. 11, nº 1, enero-junio 2009, pp. 141-156.

MOURA, Ana Maria Straube de Assis. **Brasil de Fato**: trajetória, contradições e perspectivas de um jornal popular e alternativo. 185 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo (SP), 2009.

PAIVA, Raquel. Contra-mídia-hegemônica. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). **Comunicação e contra-hegemonia**: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

_____. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom. **Anais...** 6 a 9 set. 2006, pp. 1-17.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**. v. 12, maio-agosto 2009, p. 46-61.

_____. Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária. In: **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 24, n. 1, janeiro-abril 2017. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2017.1.24207>>. Acessado em: 03 nov. 2020.

PERUZZO, Cicilia Krohling; SGOTI, Silmara de Mattos. INTERCOM, 2015, Uberlândia. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 38, 2015, Brasília. **Anais** [...]. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2015/resumos/R48-0741-1.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2022.

SILVA, Merli Leal. Pedagogia freireana na perspectiva da educomunicação popular. **Rev. Ed. Popular**. Uberlândia, v. 18, n. 3, p. 4-19, set./dez. 2019.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

VIANA, Nildo. **Linguagem, discurso e poder** — Ensaios sobre Linguagem e sociedade. Pará de Minas (MG): Editora Virtualbooks, 2009.

ANEXO I

Transcrição de entrevista concedida por Ellen Carvalho, militante do Movimento Brasil Popular, ex-editora do Brasil de Fato Bahia. Concedida em 22 de novembro de 2022, via Google Meet, a este pesquisador.

PERGUNTA: É possível fazer um resgate sobre a história do Brasil de Fato, o que é o BdF?

O Brasil de Fato surge como jornal impresso mensal, em formato standard, grandão, e por assinatura, em 2002/2003, no primeiro governo de Lula. O lançamento da edição zero se deu no Fórum Social Mundial em Porto Alegre (janeiro de 2003, eu acho). O movimento de construção do Brasil de Fato é encabeçado pelos movimentos populares, especialmente os movimentos sociais do campo, puxados pela Via Campesina.

O BdF surge de uma compreensão de que a esquerda precisa aprofundar a compreensão do papel da comunicação na luta política. Já existia a experiência do jornal do MST naquela época, mas fora isso, por exemplo, o PT não tinha uma iniciativa de comunicação própria, não tinha, naquele momento, uma experiência de jornal criado e mantido pelos movimentos sociais e partidos de esquerda.

Num primeiro momento, nesse formato criado, ele tinha uma linguagem jornalística mais aprofundada, com reportagens mais aprofundadas, para um público leitor mais escolarizado, com mais formação política, era um jornal mais de refletir, discutir, aprofundar temas, para as pessoas que podiam pagar pela assinatura.

O jornal sofreu uma série de boicotes, inclusive da distribuição e impressão. A gráfica começou a apresentar problemas, depois a distribuição começou a apresentar problema, começaram a dificultar a logística.

A assinatura podia ser feita por qualquer pessoa em qualquer lugar do Brasil, mas a produção se dava no sudeste, especialmente em São Paulo.

Em meados de 2013, 2014 (eu acho), a partir dos movimentos (Consulta Popular, MST, MAB, sindicatos) que já estavam construindo, chegaram a compreensão de que era preciso comunicar com o povo e para o povo. Nesse momento, começam a surgir as redações. Cada estado inicia sua articulação para a construção das redações regionais. O foco ainda é o jornal impresso, sendo que a partir de agora ele é distribuído gratuitamente, em formato de tablóide com tiragens menos espaçadas. A ideia é que não fosse mais mensal, pudesse ser semanal. No caso do Rio de Janeiro houve um momento em que eram impressas duas edições por semana. Foram estruturadas de início as redações no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

Desde esse período de 2013, cada estado tem dado sua cara para o jornal e suprir as demandas da região de produção de conteúdo. Muda-se linguagem, muda-se formato. Entre o planejamento, o processo de articulação e execução do jornal leva um tempo, mais de um ano inclusive. O jornal impresso e a gratuidade eram prioridade para que ele fosse, além de jornal, que ele fosse um agregador de pessoas em torno daqueles temas. Então, ele servia para as reuniões de núcleo, reuniões de organizações, coletivos... O

próprio ato de distribuir o jornal, nos pontos de ônibus e de metrô, era um processo de diálogo com as pessoas. A equipe de distribuição era formada por militantes de movimentos sociais, e essa distribuição não era só entregar um jornal como se entrega um panfleto. Era também criar uma relação com quem você entrega. A ideia, por exemplo, era que toda sexta-feira, 06h da manhã, aquela equipe de distribuição estivesse sempre naquela mesma estação de metrô, porque, basicamente, as pessoas que passam naquele horário são as mesmas. Cria um vínculo, por mais frágil que seja, mas cria uma referência. Para quem já era militante servia, para abrir discussão, abrir reflexão e fazer contraponto à mídia hegemônica.

Esse contraponto se dá no próprio fazer jornalístico, pela linha editorial, mas também na relação de criar volume. Então, desde 2013 até antes da pandemia, a gente tinha uma ideia, a nível regional, não apenas estadual, de que o jornal tivesse cada vez uma tiragem maior pra, de fato, ter uma incidência na população, pensando, por exemplo, que jornais de igrejas evangélicas têm uma tiragem muito maior que a nossa. A gente sempre ficou atrás por falta de dinheiro. Cada estado corre atrás do seu próprio recurso e os próprios movimentos que compõem o conselho, a construção do BdF, contribuem (MST, MAM, MAB, Sindipetro, Sindicato dos Professores, Fetap). Então, tem um processo também de convencimento político. Nas reuniões dos sindicatos e dos movimentos, se levava a pauta do jornal para fazer o convencimento de que o jornal era importante pra, a partir daí, se buscar o recurso. A gente nunca teve um financiamento via publicidade muito grande, a gente vende espaço até hoje, no jornal ou no site agora, só que esse recurso nunca foi suficiente para sustentar o jornal. Então, o jornal sempre foi sustentado pelas próprias organizações e pelos próprios movimentos.

Hoje, por exemplo, esse projeto da rádio é um projeto via MST. O MST aprovou um projeto que tinha um braço de comunicação e, por esse braço, o dinheiro vem para o Brasil de Fato.

São Paulo segue tendo o CPMídias, que é um Centro Popular de Mídias, que é uma agência que presta serviço para os movimentos, não apenas brasileiros, mas internacionais e consegue uma captação maior de recursos. Nesse início de 2013, 2014, também vinha um pouco de recurso do CPMídias para ajudar.

Pernambuco deu apoio à Bahia em diagramação e impressão. A integração dos jornais sempre foi discutida, mas nem sempre funcionou. Algumas pautas nacionalizadas iriam para o tabloide, mas não necessariamente uma pauta de Minas ou Pernambuco vem para a Bahia e vice-versa. A ideia, desde o tabloide até agora o rádio e o site, é abordar as realidades das pessoas e do local. Nossas pautas nacionais também deixaram de ser majoritariamente de São Paulo, do Rio, do sudeste.

O site começa a se articular nacionalmente a partir do CPMídias. O site começa a ter abas estaduais no período de 2016, quando também os estados do nordeste e Minas se consolidam.

As reuniões nacionais nunca deixaram de acontecer, as organizações políticas que compõem o projeto estão em vários estados do país.

A experiência de Minas e Rio de Janeiro são experiências mais consolidadas. Rio teve um tempo sem impressão e distribuição, e Minas sempre mantendo a regularidade.

Quando Pernambuco começou, muita coisa foi aprendida e passada por Minas, que tinha uma redação mais estruturada. Hoje Pernambuco ganha esse perfil.

Hoje alguns estados já voltaram a imprimir, hoje o Brasil de Fato está em muitos outros estados

O projeto da rádio ele parte da ideia de que o BdF precisa ser interiorizado. E a demanda do impresso demanda muito mais recurso financeiro e de gente. Como o objetivo do BdF hoje é dialogar com o povo, foi se entendendo que precisava de um veículo que chegasse mais fácil nas pessoas, entendendo a configuração do país, o Brasil é um lugar em que as pessoas ouvem muito rádio, mesmo com o advento da internet. Outra coisa é que o jornal é muito acessível porque ele é distribuído gratuitamente, mas a gente tem uma população que não lê ainda. O rádio também chega nessas pessoas. Essa é uma compreensão macro do porquê que se investiu em rádio.

A gente sempre teve essa preocupação de não estarmos apenas em um único veículo. Site, impresso, rádio e agora no audiovisual. Desde 2013, esse foi o pensamento.

Vitor e Jamile, ambos pela Consulta, tiveram a demanda de estruturar o BdF aqui na Bahia. Eu chego em 2016 e 2017, quando se começa a fazer reuniões de articulações com o MST, Sindipetro, MAB, MAM, MPA, APUB, CUT, Sindae. Ficou quase um ano nesse movimento. E o primeiro impresso sai em dezembro de 2017, no aniversário de Marighella. É uma prática dentro BdF esse rito de articulações entre fazer acontecer a edição zero e fazer acontecer a edição 01.

Nas reuniões se discutia tudo, desde fazer o jornal no estado, até a boneca do jornal, o que as organizações entendiam que era prioritário, quais editorias queriam, se política, cidade, cultura, esporte, etc.

Nesse primeiro momento, estavam no coletivo de construção Vitor, Jamile, Elen, Anaíra e Carol da APUB, Ivo Saraiva e Atila do Sindipetro, Allan pelo Senge, Edmilson que primeiro estava no Sindae e depois foi pra CUT. Os encontros eram presenciais, à noite, e usávamos o espaço da organização que ficava numa salinha da Expressão Popular, na secretaria do MST, que fica na Mouraria. A gente se reunia lá porque a Expressão tinha uma sala, e o MST era parceiro. Mas, não era do jornal.

Quando a gente montou a boneca do jornal, a gente conseguiu um recurso com as próprias organizações que estavam. Quem sempre deu mais dinheiro nesse início foi o Sindipetro. E era trabalhando de forma militante. Ninguém recebeu dinheiro pra fazer o jornal nesse início. A gente conseguiu o financiamento da impressão, o deslocamento e distribuição era na militância ou algum recurso que vinha ou outro.

Para a impressão do zero recebemos ajuda de Pernambuco. Foram quase dois anos de articulações. Ele começou com uma periodicidade mensal, uma tiragem de 10 mil exemplares, que eram distribuídos prioritariamente em Salvador, mas tentávamos enviar para as cidades onde tinham militantes deles: Feira de Santana, Jequié, Itabuna, Conquista. A distância era um fator que dificultava. Em Salvador, a gente distribuía ali na Estação Iguatemi, dia de sexta-feira bem cedinho.

A edição 01 saiu em julho de 2018. Fomos até março de 2020, ano em que a pandemia tomou conta do país. Então, foram quase dois anos. A gente imprimia via Pernambuco porque era a gráfica que a gente conseguia um preço mais competitivo. Em Pernambuco, não era apenas a impressão, na verdade. Como Pernambuco pagava a impressão, PE tinha um recurso maior que vinha do MST.

Quem fez a diagramação de nosso jornal todo foi Diva Braga, que era a diagramadora de Pernambuco. A gente sempre teve uma equipe bem reduzida, eu estava como Editora Geral; Jamile, como repórter; Taís ficava na administração e distribuição; Gabriela Alvarez entra na função de Taís em seguida. Vitor e Elen Rebeca, sempre no papel político, às vezes escrevia também alguma coluna, artigo de opinião.

Reuniões mais espaçadas do conselho político, e reuniões do coletivo que construía o BdF. As pautas sempre vieram das demandas e experiências das realidades dos movimentos, inclusive as do campo.

O jornal sempre ganha mais capilaridade e mais notoriedade nos períodos eleitorais pelo posicionamento político bem definido. E nós produzimos também alguns especiais sobre educação, sobre soberania...

Desde que o impresso saiu na Bahia já havia em paralelo as de mandas do site, pois o site nacional já havia as abas estaduais. Sempre houve a demanda de enviar material para o CPMídias para o site, mas esbarramos na limitação da equipe.

Então, primeiro tinha o brasildefato.com.br e depois separaram o site e deixa de ser /ba para brasildefatoba.com.br e isso gerou uma grande demanda. E a chegada da rádio traz volume de material para o site.

O rádio sempre esteve nas discussões do Brasil de Fato aqui na Bahia só que se priorizou o impresso porque era o carro chefe, digamos assim. Então, o plano era consolidar o impresso para começar o rádio. Com a pandemia e a impossibilidade de distribuir o impresso, começamos a nos reunir pra por o rádio pra andar.

ANEXO II

Transcrição de entrevista concedida por Vitor Alcântara, militante do Movimento Brasil Popular, um dos responsáveis, dentro do movimento, pela construção do Brasil de Fato na Bahia. Concedida em 22 de novembro de 2022, via Google Meet, a este pesquisador.

PERGUNTA: Você pode nos dar um panorama de como surgiu o sistema Brasil de Fato até chegarmos ao projeto aqui na Bahia?

O BdF nasce da necessidade de fazer uma disputa dentro da sociedade. Como o MST sempre teve essa capacidade, ali na década de 90, de atrair muita gente do campo progressista, intelectuais, professores universitários, alunos das universidades, militantes das esquerdas, da igreja, sempre teve essa preocupação de como envolver eles em tarefas etc. Claro que o BdF não é uma iniciativa apenas do MST, mas não tem como dizer que o MST não teve um protagonismo nessa história. As figuras que se aproximavam naquele momento tinha uma visão, uma clareza da necessidade de um instrumento da esquerda de disputa ideológica. O BdF surge naquele contexto de eleição de governo Lula, a qual ajudamos a elegê-lo. Nesse sentido, era também uma expectativa de criar uma iniciativa que pudesse contar com o apoio do governo e se fortalecesse como uma iniciativa de se contrapor a narrativa dos grandes grupos empresariais da comunicação. Fazer uma comunicação contra hegemônica. Tanto que o BdF é "uma visão popular do Brasil e do mundo"

A primeira edição do jornal, a 00, foi lançada no Fórum Social Mundial que ocorria anualmente em Porto Alegre. O ato de lançamento dessa iniciativa foi lá. Antes disso, tiveram várias reuniões para preparar, com a presença de movimentos sociais, sindicatos. José Arbex Jr é uma figura importante nesse processo de construção. Nilton Viana foi outra figura importante, mas tinha um conselho amplo. Os encontros durante muito tempo se deram numa sede em São Paulo, no bairro de Campos Elísios.

O governo Lula acabou, nesse sentido, fortalecendo os grandes grupos de comunicação que já eram fortalecidos. Então, por exemplo, um dos caminhos que poderia ter sido aberto para isso era através das propagandas e anúncios do governo, e estes ficaram muito concentrados, destinados aos grupos historicamente favorecidos. Então, o Brasil de Fato teve esse esforço de pautar o governo, a demanda de se fazer um contraponto à comunicação hegemônica, apesar do esforço, não recebeu qualquer contribuição do governo. O financiamento do projeto acabou sendo protagonizado pelo MST, mas não apenas ele, outros movimentos sociais e também editais. E como não conseguimos o apoio do governo, decidimos por optar pelo formato das assinaturas, que durou até 2013. A militância se envolvia, tinha metas de recolhimentos de assinaturas, por exemplo. Então, foi um jornal que se sustentou via projetos, com apoio de várias entidades do Brasil e fora do Brasil e essas assinaturas.

Então, sendo assim o jornal tem sua distribuição via correios para seus assinantes, nesse início. Nesse processo de construir essa disputa ideológica dentro da sociedade, nós descobrimos a estrutura de monopólio que também existe na distribuição, banca de revistas, super fechados, difíceis de acessar. Esse que também poderia ter sido um caminho. O caminho era a pessoa assinava o BdF, num processo difícil de operar, porque era via boleto, botava os dados, para descontar da pessoa, tinha vezes que dava problema

no desconto, outra hora era problema no envio, às vezes a pessoa assinava e recebia o jornal só depois de três meses. Recebiam em casa. Um dos motivos da crise, da mudança do formato do jornal diz respeito à dificuldade do jornal se sustentar. Com esse custo de impressão, mais o custo da logística do envio, a quantidade de assinaturas não cobria os gastos. Esse formato dura quase 10 anos, de 2003 a 2012/ 2013, quando se decide mudar para o formato tabloide. Durante todo esse tempo, o jornal era produzido em São Paulo e distribuído para todo o Brasil via correios. Chegava na casa dos assinantes que pagavam por ele. Diante das dificuldades, havia a discussão inclusive de se encerrar o projeto, antes mesmo de decidir pela mudança para o tabloide. Dentro da tradição da esquerda brasileira, se tivesse encerrado ali, já teria sido a experiência mais longa da construção de um jornal de esquerda. Diferente de outros países que têm uma tradição mais forte nesse sentido, a gente não tem experiências de muito tempo de jornais de esquerda de circulação nacional construído por um conjunto de movimentos sociais e sindicatos. Esse é um contexto que se dá num momento também em que a expansão da internet se dava no Brasil e muitos leitores e muita produção passa a se dar nesse espaço. Os impressos estavam em cheque diante disso. A arrecadação de vários jornais estava caindo, e a nossa também.

Como pensar uma forma em que o jornal pudesse se enraizar, desonerar essa estrutura nacional de impressão concentrada e essa distribuição e tentar distribuir isso entre os estados. Nesse período vale destacar a participação de João Pedro Stédile na construção dessa alternativa política que tenta enraizar o jornal. Um estado que acolheu essa aposta foi o Rio de Janeiro. Lá acaba acontecendo a primeira experiência coordenada por Joaquim, Quima, que era do escritório do MST no Rio de Janeiro, tinha essa tarefa de articulação política lá. Ele que coordena esse processo lá. A ideia agora é sair do formato standard para o formato tabloide com pautas locais. Depois do Rio de Janeiro vem a experiência de Minas Gerais. São Paulo teve essa experiência durante um curto tempo.

O Rio de Janeiro, no início, foi a experiência mais avançada. Num determinado período eles já estavam circulando semanalmente. O princípio de manutenção financeira era o mesmo: articulações locais via anúncios locais, apoio dos movimentos, dos sindicatos e, no caso do Rio de Janeiro, o apoio de uma prefeitura. A experiência de Minas Gerais tem uma força maior da Consulta Popular, a principal referência lá foi Joana Tavares (ela esteve aqui na Bahia no lançamento do 00) e Fred Santana Rique. Estes dois estados foram os estados que tiveram maiores equipes e maiores tiragens.

Depois começamos o caminho do nordeste, primeiro por Pernambuco e logo em seguida na Bahia, a partir de 05 de dezembro de 2017.

Em paralelo ao processo de transformação do tabloide, o MST estruturou o CPMídias (2018 e a discussão começou em 2016) que era uma coisa que não existia.

Algumas reuniões nacionais foram feitas para discutir a construção do BdF nos estados e tinha um tema que sempre aparecia que era a preocupação de fazer com que as experiências dos estados não se transformassem em coisas desconectadas do processo nacional e por outro lado uma preocupação de como seria uma produção nacional de site não se desse de maneira desconectada dos conteúdos produzidos nos estados. Os estados terem dimensão de articulação na produção de seus conteúdos e ao mesmo tempo, uma preocupação de ao elaborarem seus conteúdos, esses não ficassem sumidos na página nacional. Exemplo: uma matéria super acessada nos estados não tem visibilidade nacional e vice e versa.

Esses debates acontecem desde o surgimento do tabloide. Nesse contexto, se compreende a importância de se estruturar uma rede de comunicação do BdF que até hoje vai sendo aprimorada, site, impresso, redes sociais, rádio. Pensar essa coisa de um Sistema Brasil de Fato de Comunicação e disputa ideológica.

O segundo processo, que é mais local, seria pensar o lastro político que sustentaria a construção do BdF. Esse lastro foi se construindo a partir de 2013, principalmente por conta da campanha [eleitoral] e vai se ganhando consistência. A experiência vai nos mostrando que um caminho é ter a parceria do governo, através de prefeitura, estado etc. ou ter uma articulação mais ampla de sindicatos e movimentos que bancassem politicamente e estruturalmente a construção do jornal. A gente tentou os dois caminhos, antes do jornal existir. O caminho via governo e via articulação política via sindicatos para auto sustentação. A gente chegou a fazer duas reuniões interessantes com o governo do estado e a prefeitura de Camaçari (ali por volta de 2014-2015) na tentativa de viabilizar a impressão via anúncio. Mas acabou a gestão e isso não foi pra frente. O outro caminho foi via casa civil, com o governo do estado, que na época tinha como secretário Bruno Tauster, disseram que iriam ver as possibilidades, mas também não foi pra frente. Das articulações institucionais, a relação que teve mais avanço talvez tenha sido com o Iderb, Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia, o diretor é Flávio. Quando saiu a primeira edição, rolou um fortalecimento e entendimento da importância dessa iniciativa. Chegou a ter uma reunião que eu participei, com João Pedro e Flavio pra tentar transmissão com a rádio Educadora. Pleiteamos um programa nosso dentro da rádio, mas o entendimento de que a Rádio Educadora é uma rádio cultural e não jornalística esbarra no caminho. Apesar de não ter saído desse jeito, aconteceu o fortalecimento.

Outro caminho fortalecido que foi o que viabilizou mesmo foi a articulação política com os sindicatos. Sindipetro, Sindae compram a ideia e se animam. Na época, com o envolvimento de Saraiva, diretor de comunicação do Sindipetro, que participa de várias reuniões de produção da boneca [do jornal] e Atila também com respaldo da direção do Sindipetro, Daivid, PC, Jairo, Araújo, Beth. Do Sindae, tem Edmilson, diretor de comunicação e imprensa, que hoje é diretor de comunicação da CUT. Apub, na época, com Luciene e a equipe de assessoria de comunicação do sindicato, que era Carol e Anaíra. Da parte dos movimentos, o MAB, com uma contribuição principalmente de Maíra Gomes; o MST, com Tião e Wesley. Do PT, Gabriel que era secretário de comunicação do PT, o mandato de Marta Rodrigues... O MPA participou de algumas reuniões, o papel do MPA foi mais na articulação de parceiros em determinados momentos e também na distribuição. O reitor da UFBA sempre que pôde, contribuiu. Além desses, teve apoio também de Emiliano José, José Sérgio Gabrieli, Marival do PT, Dimas da CESE, Zanete da Cáritas, alguns mandatos, Allan pelo Senge.

Pra fazer acontecer contamos também com acúmulo nacional, tivemos duas reuniões com Joaquim, ele falou sobre experiência do Rio de Janeiro, a importância da equipe de distribuição, a importância de ter pautas do dia a dia do povo. Eu e Jamile chegamos a fazer um intercâmbio em Minas Gerais pra entender os acúmulos. E aí Ellen chega com a experiência do BdF Pernambuco. Algumas reuniões foram feitas para se pensar o que precisa ter para o BdF ter a cara da Bahia, quais seriam os quadros, os nomes das editorias, a boneca e também pensar sobre o lançamento do jornal. O lançamento foi no Sindicato dos Engenheiros. O importante nisso tudo, é perceber como que a gente pode fazer

comunicação. A experiência de Minas foi a que mais a gente dialogou e Pernambuco que acabou assumindo a tarefa dentro do sistema BdF de ser o pólo do nordeste.

Monyse assinou as primeiras edições do jornal, a impressão era feita em Pernambuco. O financiamento que assegurou o lastro de segurança veio do Sindipetro e do sistema nacional BdF; mas, várias entidades contribuíram, Apub, Cáritias, CESE, CUT, PT, mandatos.

A gente tinha um plano de distribuição massiva em locais de grande circulação com a militância recebendo ajuda de custo. Em Salvador, acontecia no Campo da Pólvora, ali no Iguatemi, no Campo Grande. Outro caminho era distribuição em entidades e ida pro interior. Os movimentos que tocaram não botava dinheiro, mas botavam trabalho. A Consulta, Levante, MPA, todos esses ajudavam na distribuição.

Uma vez funcionando, passamos a participar de reuniões nacionais.

Primeiro teve um espaço nacional para o debate sobre a criação das rádios. Sempre estive presente nos debates de construção, sobretudo nas falas da Via Campesina. Isso ganha força ali entre 2016 e 2018, principalmente a partir da criação do CPMídia. Esse desejo estive presente desde antes da criação da boneca em 2017.

Da criação da edição 00 da rádio BdF Bahia para a 01, ficou a demanda de se articular o financiamento e o espaço para a veiculação do programa. Eu tentei um horário na Excelsior, mas o valor era muito alto, e faltava tempo livre na grade rádio, isso impediu de acontecer. O plano inicial foi tentar Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista porque são as maiores cidades do estado. Acabou fechando com Juazeiro, porque era o possível. Desde sempre existiu a ideia de se veicular em rádios comunitárias.

ANEXO III

Transcrição de entrevista concedida por Lorena Carneiro, militante do Movimento Brasil Popular, ex-editora do Brasil de Fato Bahia. Concedida em 22 de novembro de 2022, via WhatsApp, a este pesquisador.

PERGUNTA: Como se deu o processo de escolha em relação as rádios parceiras do nosso programa?

A rádio de Juazeiro foi escolhida de forma pragmática, porque a gente tinha uma questão obrigatória de ter uma rádio comercial por conta do projeto do MST, tava ali no projeto que a gente precisava de uma rádio comercial para exibir o programa. Só que nossa centralidade estava em optar pelos municípios maiores aqui do estado, Feira de Santana, Salvador e Vitória da Conquista. Só que quando foi feito o levantamento, por Ellen e por Vitor, a gente não conseguiu um horário e uma rádio com o preço acessível. Uma das rádios de Salvador ofereceu um horário inviável, às 4h da manhã, no valor de 5 mil. Inviável! Feira também não avançou, enfim, a rádio que a gente conseguiu com um preço digno e horário viável, de 8h, foi a rádio Juazeiro. Por isso foi uma escolha pragmática. Não é uma cidade central para os nossos movimentos, para o estado.

Em relação às rádios comunitárias, a gente tinha tentado também um diálogo com algumas rádios que a gente tinha contato em 2020, 2021, mas nunca avançou. O que destravou foi um contato via MST Pernambuco, porque a gente teve reunião em Recife em agosto de 2022 pra realinhar as coisas do projeto do MST, das rádios, reuniu os estados também que estão construindo o projeto e aí, um companheiro do MST de Pernambuco, Napoleão, fez uma ponte com ABRAÇO [Associação Brasileira de Rádios Comunitárias] aqui na Bahia e daí ele conversou com Sandro e destravou esse contato pra gente. Eu conversei depois diretamente com Sandro, e a gente fez esse acordo. A gente tinha um recurso mensal para o pagamento das rádios, que era algo que não existia e surgiu nessa reunião do projeto do MST em agosto. Então, a gente tinha esse recurso de 500 reais e Sandro que nos disse as rádios que ele teria acesso com esse recurso. Sandro tinha o contato dos diretores, e ele foi conseguindo com aquelas pessoas que tinham uma abertura mais política. A gente não pôde escolher as rádios comunitárias. Entre eles existiu o acordo que para retransmissão do programa eles não precisariam pagar a mensalidade que as rádios comunitárias pagam à associação, já que a gente tava pagando diretamente à ABRAÇO. O acordo era que a gente iria até dezembro que era até onde o recurso permitiria. A articulação foi diretamente com a ABRAÇO, e não com as rádios comunitárias.